

# O CONTEÚDO EXÍGUO SEGUNDO UMA ÓTICA NÃO-INDIVIDUALISTA

*Roberto Horácio de Sá Pereira*  
PPGLM-UFRJ

## I - INTRODUÇÃO

Uma das questões em aberto na filosofia da mente é a legitimidade do assim chamado conteúdo exíguo [*narrow content*]. Encontramos, na literatura, duas definições independentes de conteúdo exíguo. O conteúdo exíguo é ora compreendido como o conteúdo cuja determinação não pressupõe a existência de nada além da própria pessoa que se encontra em um determinado estado mental, ora como o conteúdo que sobrevém localmente às propriedades físicas do agente, ou seja, como o conteúdo que se mantém inalterado em indivíduos fisicamente idênticos, ainda que situados em ambientes diversos. A mesma ambigüidade está presente na forma como o conteúdo amplo é compreendido usualmente. Este também é entendido ora como o conteúdo determinado em parte pelo ambiente externo, ora como o conteúdo que não sobrevém localmente às propriedades físicas do agente.

Hoje parece claro para alguns nomes proeminentes na filosofia da mente que a deter-

minação parcial do conteúdo por referência ao ambiente não deve ser identificada à rejeição da superveniência local do conteúdo a propriedades físicas do cérebro. Burge, por exemplo, desautoriza essa identificação sugerida por “algumas formulações pouco cuidadosas nos meus trabalhos mais antigos implicando erroneamente que o não-individualismo seria a rejeição da tese da superveniência local”.<sup>1</sup> Também Dretske desautoriza tal identificação, claramente sugerida nas suas preleções feitas no instituto Jean Nicod<sup>2</sup>, ao dizer recentemente que “um conteúdo poderia ser amplo, poderia ser uma propriedade relacional genuína e, no entanto, poderia sobrevir a propriedades físicas dos objetos que possuem esse conteúdo”.<sup>3</sup>

Pela mesma razão, a superveniência local do conteúdo às propriedades físicas do cérebro não deve ser identificada à determinação completa do conteúdo pelo que se passa na cabeça do indivíduo no sentido de não pressupor nada além do próprio sujeito que se encontra em um determinado estado mental. Recanati, por exemplo, nega essa identificação ao reconhecer dois sentidos em que conteúdos seriam exíguos: “há um sentido em que o conteúdo pode ser independente do ambiente do agente – por conseguinte ‘exíguo’ – sem que seja individualista”, ou seja, sem nada pressupor além do próprio agente. De modo similar, Kriegel também distingue conteúdos que seriam exíguos no sentido em que seriam “plenamente determinados pelo que se passa à cabeça”, na medida em que as condições de instanciação da propriedade relacional são plenamente determinadas pelas condições de instanciação das propriedades não-relacionais do cérebro, dos conteúdos que seriam exíguos no sentido em que seriam “plenamente constituídos pelo que se passa à cabeça”.<sup>4</sup>

Essa ambigüidade é o resultado de duas questões intrinsecamente relacionadas, embora independentes, a saber, a questão acerca do paradeiro do conteúdo e a questão da sua determinação ou constituição. Se o individualismo é o ponto de vista segundo o qual o conteúdo seria plenamente determinado pelo que se passa na cabeça, sem pressupor nada além do próprio indivíduo, o não-individualismo constitui a perspectiva oposta, segundo a qual o conteúdo é determinado ou constituído em parte por referência ao ambiente externo. Por outro lado, se o

---

1 Burge 2007: 153.

2 Dretske 1995: 125.

3 Dretske 2006: 4.

4 See Kriegel 2008: 310.

internismo exprime a perspectiva segundo a qual o conteúdo se localiza “na cabeça”, no sentido ou de ser idêntico ou ao menos no sentido de sobrevir localmente a propriedades físicas do cérebro, o externismo constituiria o ponto de vista segundo o qual o conteúdo estaria sempre “fora da cabeça”, no sentido de jamais ser idêntico ou, ao menos, de jamais sobrevir às propriedades físicas do cérebro.

Há pelo menos dois pontos de vistas duais do conteúdo na literatura, reconhecendo que um mesmo estado mental poderia possuir tanto um conteúdo amplo quanto um conteúdo exíguo. Denomino aqui de perspectiva dos dois componentes a perspectiva dual mais comum. Segundo essa perspectiva, um mesmo estado mental possuiria um conteúdo amplo, determinado e constituído por referência ao meio ambiente externo, e um conteúdo exíguo, que nada pressuporia além do próprio agente portador de tal estado. Isso seria possível uma vez que o conteúdo exíguo nada mais seria do que a contribuição interna ao conteúdo amplo. De acordo com a contribuição original de Fodor, o conteúdo exíguo seria uma função que mapeia pensamentos e contextos aos valores de verdade que tais pensamentos assumem em cada contexto. A segunda visão dual do conteúdo será denominada aqui de perspectiva descritiva do conteúdo exíguo. Ao se assimilar a oposição entre conteúdos amplos e exíguos à oposição semântica entre proposições singulares e gerais (na acepção de Kaplan), o conteúdo exíguo passa a ser concebido como o conteúdo descritivo que não toma nenhuma propriedade ambiental como fixa.

Mas, mesmo reconhecendo a ambigüidade crucial na compreensão de conteúdos exíguos e amplos, muitos filósofos da vertente não-individualista ainda se mostram reticentes em aceitar alguma visão dual do conteúdo. Em primeiro lugar, a perspectiva dos dois componentes se vê às voltas com a acusação de ausência de conteúdo real [*non-real content charge*]. Se o conteúdo exíguo é apenas uma “contribuição interna” ao conteúdo amplo, ele dificilmente poderá ser visto como um conteúdo real que coloque seu portador em contato cognitivo com propriedades, relações e tipos de objetos reais do meio ambiente<sup>5</sup>. Ademais, a perspectiva descritiva se vê às voltas com a acusação de indeterminação. Nem os referentes ambientais dos estados mentais que constituem as proposições singulares nem as descrições que constituem as proposições gerais são suficientes para determinar o modo pelo qual o agente representa<sup>6</sup>.

---

5 Cf. Kriegel 2008: 305.

6 Cf. Burge 2007: 12.

Nesse artigo, examinarei duas hipóteses que me parecem igualmente resgatar a noção de conteúdo exíguo em conformidade com a tradição não-individualista. De acordo com uma primeira hipótese, enquanto o conteúdo amplo de ocorrências mentais, digamos de “água”, é usualmente entendido como o conteúdo russelliano no qual figura ora a propriedade de ser  $H_2O$  ora a propriedade de ser XYZ, o conteúdo exíguo poderia ser entendido, alternativamente, como o modo de apresentação de ambas as propriedades *como aquilo que normalmente causa experiências aquosas em cérebros que não se distinguem segundo alguma propriedade física relevante*. De acordo com uma segunda hipótese, o conteúdo exíguo das mesmas ocorrências mentais poderia ser entendido como um conteúdo russelliano no qual figura uma propriedade de ordem superior, implementada metafisicamente tanto pela propriedade de ordem inferior de ser  $H_2O$  quanto pela propriedade de ordem inferior de ser XYZ. Um conceito exíguo se refere *diretamente* a tal propriedade se e somente se for instanciado em um ato de pensamento pela instanciação de tal propriedade e por causa de tal propriedade em todos os indivíduos indiscerníveis relativamente a alguma propriedade relevante dos seus cérebros. Ambas as hipóteses preenchem todos os requisitos propostos. Em ambas as hipóteses, conceitos exíguos são individuados em parte por referência ao ambiente externo sem deixar de sobrevir localmente às propriedades físicas dos cérebros.

Tendo esse objetivo em mente, procederei da seguinte forma. Primeiro, apresentarei uma breve reconstrução histórica do não-individualismo na filosofia da mente contemporânea. A minha principal preocupação aqui é distinguir a assim chamada nova teoria da referência na semântica da vertente não-individualista na filosofia da mente contemporânea. Em segundo lugar, ponderarei sobre antigos argumentos e apresentarei um novo em apoio à necessidade dos conteúdos exíguos nas explicações psicológicas do comportamento. Em um terceiro momento, considerarei as versões dominantes da perspectiva dual do conteúdo, mostrando porque me parecem insatisfatórias. Por fim, apresentarei e defenderei uma abordagem não-individualista do conteúdo exíguo.

## II- DO REFERENCIALISMO AO EXTERNISMO: O PROBLEMA DOS CONTEÚDOS EXÍGUOS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

O não-individualismo na filosofia da mente recente tem origem em uma longa tradição semântica inaugurada com a assim chamada “nova teoria de referência” nos anos sessenta e setenta cujos maiores expoentes foram inicialmente Donnellan (1966) e Kripke (1972), e posteriormente Kaplan (1979) e Perry (2001). Estes autores argumentaram persuasivamente que nomes próprios, expressões dêiticas e predicados de espécie naturais se referem diretamente, i.e., independentemente de quaisquer descrições ou condições de identificação que por ventura estiverem a eles associados. A função dessas expressões seria introduzir o indivíduo ou a propriedade referida no discurso. Assim, o conteúdo (“o que é dito”) por um proferimento envolvendo nomes próprios, dêiticos e termos de espécie natural seria uma proposição singular (Kaplan 1979) constituída pelas próprias entidades nomeadas ou contextualmente designadas, em vez de descrições ou de condições de identificação.

Dois argumentos figuram de forma proeminente na literatura em favor da nova teoria da referência. O primeiro é o famoso argumento modal de Kripke<sup>7</sup>. Alega-se que nomes próprios, dêiticos e termos de espécie natural, por um lado, e descrições, por outro, diferem quanto aos seus perfis modais. Nomes, dêiticos e termos de espécies naturais constituem os assim chamados designadores rígidos, i.e., termos cuja intensão (função que mapeia mundos possíveis em extensões) permanece constante em diferentes mundos possíveis. Se em um determinado mundo possível a descrição “o presidente dos EUA em 2010” *poderia designar* alguém distinto de Barack Obama (a extensão da descrição varia com a mudança de mundo possível), o nome “Barack Obama” designa o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis.

O segundo é o argumento do externismo semântico<sup>8</sup>. O argumento assinala o hiato existente entre os dois planos semânticos reconhecidos por Frege, sentido [*Sinn*] e referência [*Be-deutung*]. Compreendido como o significado cognitivo de um termo para um grupo de falantes competentes, o sentido/intensão expresso por uma descrição definida não seria capaz de deter-

---

7 Kripke 1972: 48-9.

8 Conferir Donnellan 1966; Kripke 1972: 84. Como veremos na sequência, o que entendo aqui por “externismo semântico” é algo distinto do não-individualismo de Burge.

minar a referência/extensão de um nome próprio, ou seja, a identidade do sentido/intensão não envolve a identidade da referência/extensão. Kripke nos convida a imaginar uma situação insólita. Suponhamos que Gödel não seja o pai do teorema da incompletude na aritmética. Um sujeito chamado “Smith”, cujo corpo foi encontrado em Viena em circunstâncias misteriosas anos atrás, teria feito a descoberta em questão. Entretanto, para todos nós, desconhecedores de tal fato, o significado cognitivo do nome “Gödel” permaneceria sendo o sentido/intensão expresso pela descrição definida “o sujeito que descobriu a incompletude na aritmética”. O problema é que a intensão expressa pela descrição “o sujeito que descobriu a incompletude na aritmética” mapeia o mundo possível em questão a Smith e não a Gödel, uma vez que na situação contra-factual imaginada teria sido Smith, e não Gödel, quem teria descoberto a incompletude da aritmética. A conclusão que se impõe é a de que o sentido/intensão que exprime o significado cognitivo de um nome para um determinado grupo de falantes competentes não determina a referência/extensão do nome em questão. Identidade de sentido/intensão não envolve identidade de referência/extensão.

É um lugar comum que, para Frege, o sentido de uma expressão seria uma entidade pública e abstrata, e não uma entidade mental. Entretanto, como Putnam salienta, ninguém duvida – nem mesmo Frege – que o sentido só poderia ser “apreendido” por alguém ao se encontrar em algum estado mental. O primeiro passo na extensão do externismo semântico de Donnellan e Kripke para o domínio mental toma a seguinte forma em Putnam: se o sentido/intensão não determina a referência/extensão dos nomes próprios, termos dêiticos e predicados de espécies naturais, tampouco os estados mentais envolvidos na apreensão do sentido. Cenários contra-factuais nos quais a constituição física intrínseca dos agentes permaneceria invariante frente à variação dos ambientes nos quais tais agentes se situam dariam apoio a essa tese. O *locus classicus* desses cenários é o famoso experimento mental de Putnam<sup>9</sup>.

9 Embora experimento mental de Putnam seja bastante conhecido, convém lembrá-lo nesta nota de rodapé brevemente. Putnam nos convida a imaginar um planeta (terra-gêmea) idêntico a nossa terra em todos os aspectos mais sutis. O ambiente físico seria idêntico em todos os aspectos. A história local também seria paralela à nossa história. Além disso, os habitantes da terra possuiriam duplicatas moleculares na terra-gêmea com histórias que se duplicam no plano macro-físico, das experiências, e das disposições comportamentais.

A diferença fundamental entre os dois planetas seria que o líquido preenchendo os oceanos, lagos e rios, freqüentemente muitas vezes caindo do céu como a chuva etc. não seria H<sub>2</sub>O, mas uma substância química

A conclusão que Putnam extrai do seu famoso experimento é a seguinte. Embora as extensões dos respectivos termos homofônicos “água” sejam diferentes na Terra e na Terra-gêmea, os terráqueos e os seus gêmeos poderiam ser duplicatas exatas em “sensações, pensamentos e monólogos interiores”. “Estados psicológicos em sentido exíguo” seriam então aqueles estados mentais envolvidos na apreensão do sentido cognitivo expresso por descrições que nada pressuporiam além do próprio agente que se encontraria em tal estado. A conclusão de Putnam suscita duas suposições fundamentais. Primeiro, uma vez que os estados psicológicos permanecem constantes em meio à diferença de extensão que a palavra “água” adquire na Terra e na Terra-gêmea, tudo parece indicar que o agente ignora o que ele próprio estaria pensando ao proferir ou pensar “água”. E uma vez que os gêmeos idênticos compartilham não apenas pensamentos, mas também disposições comportamentais, tudo parece indicar também que tais “estados psicológicos em sentido exíguo” seriam justamente as causas intencionais responsáveis pelo comportamento idêntico dos gêmeos nos seus ambientes distintos.<sup>10</sup>

Digamos então que Oscar, um terráqueo, profira ou pense conscientemente a seguinte frase:

(1) “Água sacia a sede”.

Segundo Putnam, o que ele denota é:

(2) Que H<sub>2</sub>O sacia a sede.

Mas ele denota (2) nos termos do seguinte modo psicológico de apresentação:

(3) Que algo que é líquido, inodoro, insípido e incolor; preenchendo os rios, lagos e oceanos, sacia a sede.

---

complexa, abreviada como XYZ, embora com as mesmas propriedades fenomenais que H<sub>2</sub>O, a saber, líquido, incolor, insípido e inodor. As comunidades científicas na terra e na terra-gêmea já conheceriam, as estruturas químicas dos respectivos compostos dos seus planetas. Entretanto, haveria inúmeros indivíduos em ambos os planetas que ainda ignoram tais descobertas. A conclusão inusitada que Putnam extrai do seu experimento é a de que embora as extensões do termo homofônico “água” sejam inteiramente distintas na terra e na terra-gêmea, terráqueos e terráqueo-gêmeos ainda poderiam ser duplos exatos em “sensações, pensamentos e monólogos interiores” (1975: 224). Cf. Putnam 1975.

Agora, se o gêmeo de Oscar é o indivíduo proferindo ou pensando conscientemente a oração (1), ele denota algo inteiramente diverso:

(4) Que XYZ sacia a sede.

Entretanto, ele representa (4) nos termos no mesmo modo de apresentação psicológica expresso por (3), i.e., do conceito de substância aquosa. Na medida em que Oscar e o seu gêmeo são duplos moleculares, e o proferimento da oração (1) feito por Oscar denota (2) enquanto que outro proferimento da mesma oração (1) feito por seu gêmeo denota (4), parece forçoso se concluir que os conteúdos amplos (2) e (4) não sobrevivem às propriedades intrínsecas (físicas ou mentais) dos duplos moleculares. Ademais, uma vez que os “estados psicológicos em sentido exíguo” são supostamente determinados sem se pressupor nada além do que o próprio agente que profere ou pensa conscientemente a oração (1), o sentido exíguo compartilhado (3) é ou idêntico ou sobrevem localmente a alguma propriedade intrínseca dos gêmeos idênticos.

Duas teses adicionais complementam a visão geral do mental que emerge da interpretação que Putnam faz do seu famoso experimento de pensamento. Na medida em que o “estado psicológico em sentido exíguo” (3) estaria “na cabeça” enquanto os conteúdos amplos (2) e (4) não estariam, apenas o primeiro poderia ser conhecido *a priori*, de uma forma direta em conformidade com a assim chamada autoridade da primeira pessoa. A visão subjacente é a perceptiva tradicional do conhecimento e da consciência segundo a qual apenas as entidades perfiladas imediatamente diante do olho interno da mente poderiam ser conhecidas *a priori* de forma direta em conformidade com a epistêmica autoridade da primeira pessoa do singular.

Para a maioria dos filósofos, esse quadro geral do mental é insustentável por várias razões. Em primeiro lugar, depois da famosa crítica de Burge, poucos estão dispostos a aceitar a conclusão de Putnam de que os gêmeos se encontrariam no mesmo estado psicológico em sentido exíguo.<sup>11</sup> O ponto crucial é não somos capazes de tipificar nem estados mentais nem comportamentos sem apelar para propriedades, relações e substâncias do meio ambiente que constituem justamente as extensões dos termos de espécie natural como “água”. Uma vez que o que induz os terráqueos e seus gêmeos a proferir orações de água são propriedades e espécies naturais bem diversas, eles não podem estar pensando nos termos dos mesmos conceitos

quando realizam tais proferimentos. Gêmeos idênticos em ambientes diversos compartilham apenas – se é verdade que compartilham alguma coisa – o veículo da representação, ou seja, ou a oração homofônica (1) ou o seu análogo mental.

Ademais, o estado psicológico em sentido exíguo (3) claramente não satisfaz a condição estipulada de não pressupor a existência de nada além do agente proferindo ou pensando conscientemente a oração (1). Com efeito, uma vez que (3) exprime uma condição de identificação descritiva e sempre é possível que nada a satisfaça, uma interação com instâncias de substâncias aquosas não é necessária para que possamos pensar em termos do conceito descritivo de substância aquosa. Não obstante, é bastante difícil imaginarmos como alguém poderia pensar em  $H_2O$  ou em XYZ nos termos do conceito de substância aquosa (3) apenas proferindo ou pensando conscientemente a oração (1) sem ter interagido com mais nada<sup>12</sup>.

---

**12** Segundo o diagnóstico de Burge, o que teria induzido Putnam ao erro de conceber os cenários gêmeos como “buscando nos convencer da possibilidade de diferentes conteúdos amplos a despeito de uma identidade dos estados interno” teria sido sua visão errônea dos termos de espécie natural como expressões dêiticas ou díticas [*token-reflexive*], ou seja, como expressões cuja designação varia de contexto para contexto. Segundo Burge, “o problema é que não há um sentido possível no qual termos de espécie natural como ‘água’ seriam dêiticos”. Enquanto termos dêiticos designam diferentes objetos em diferentes contextos semânticos, “água” designa a mesma substância em todos os diferentes mundos possíveis, a saber  $H_2O$ . A substância XYZ designada na terra-gêmea pela palavra homofônica “água” não é água. Em suma, não podemos alinhar os mundos possíveis com os contextos semânticos dos dêiticos.

Distintamente de Burge, contudo, creio que o que induziu Putnam ao erro foi a sua concepção dêitica dos termos de espécie natural. Creio que o principal problema seja a extensão acrítica do referencialismo semântico de Donnellan e Kripke para o domínio mental. Putnam separa os estados psicológicos em sentido exíguo da referência de uma forma análoga à forma como Donnellan e Kripke separam o sentido cognitivo de um nome próprio expresso por descrições definidas da referência desse mesmo nome. Assim, mesmo que Putnam não tivesse concebido os termos de espécie natural como termos dêiticos, ele não poderia deixar de separar os elementos ambientais dos estados psicológicos. Aliás, muitos filósofos contemporâneos da linguagem continuam a operar a mesma separação. Perry é um dos muitos exemplos: “The work of Kripke, Donnellan, Kaplan and others on the ‘New Theory of Reference’ showed that our ordinary conceptions of what is said...are broad in the sense that they involve individuals named or contextually indicated, rather than descriptions...The work of Putnam, Burge and others focused on properties...When Elwood and Telwood use the term ‘water’, it is not their ideas or mentalese terms for water that enter into what they say and believe. It is the actual kind of stuff, water or twater, that they are thinking about”. Perry 1997: 2.

Uma caracterização apropriada dos estados mentais de um agente requer a atribuição de atitudes proposicionais com os termos de espécie natural na posição oblíqua de modo a captar a própria visão que o agente tem do mundo<sup>13</sup>. Essa atribuição exige, por seu turno padrões de relações causais existentes entre instâncias da espécie de estado mental e instâncias de propriedades, relações e tipos de objetos objetivos. Neste particular, a noção de assentimento induzido <prompted assent> de Davidson desempenha um papel capital. Só podemos tipificar a crença que o proferimento da oração (1) exprime ao tipificarmos as entidades objetivas do meio ambiente de Oscar que o induzem a proferir (1).

Suponhamos então que L1 é a lei natural em vigor que condiciona <constraints> as ocorrências de “água” na terra:

**L1** Ocorrências mentais e linguísticas de “água” são causadas na terra por instâncias de H<sub>2</sub>O.

Agora, se os proferimentos ou pensamentos conscientes (1) de Oscar são causados por instâncias de água segundo L1, então podemos especificar seu estado doxástico da seguinte forma:

(5) Oscar acredita que H<sub>2</sub>O sacia a sede (ocorrência oblíqua).

Mas temos que presumir que as ocorrências mentais e linguísticas do mesmo termo “água” são governadas na Terra-gêmea por uma lei natural distinta:

**L2** Ocorrências mentais e linguísticas de “água” são causadas na Terra-gêmea por instâncias de XYZ .

Agora, se o proferimento ou o pensamento consciente (1) do gêmeo de Oscar for causado por instâncias de XYZ segundo L2, podemos especificar o estado doxástico no qual ele se encontra nos seguintes termos alternativos:

(6) O gêmeo de Oscar acredita que XYZ sacia a sede (ocorrência oblíqua).

Como salienta Burge, não são apenas as extensões do termo homofônico “água” que estão variando da Terra para a Terra-gêmea, mas também os respectivos estados mentais de Oscar e

do seu gêmeo: se Oscar está pensando *de dicto* em H<sub>2</sub>O como H<sub>2</sub>O, seu gêmeo está pensando *de dicto* em XYZ como XYZ. Se entendermos por *conceito* uma representação mental constituinte de um pensamento completo em analogia com expressões subsentenciais constituintes de orações completas, podemos dizer que não apenas as extensões dos termos homofônicos “água” estão variando, mas também os próprios conceitos de água de Oscar e do seu gêmeo. Assim nasce o não-individualismo.

Duas conclusões são normalmente extraídas aqui. Primeiro, se o não-individualismo estiver correto e só pudermos especificar estados mentais por referência a padrões de relações causais (leis) envolvendo propriedades, relações e tipos de objetos do meio ambiente do agente, não parece poder haver estado psicológico “em sentido exíguo”, ou seja, no sentido de nada pressupor além do próprio agente que nele se encontra. Os próprios estados mentais, ou seja, os próprios conceitos, são sensíveis a mudanças de ambiente (são individuados em parte por referência ao meio externo). Segundo, conteúdos não poderiam sobrevir a propriedades físicas dos agentes uma vez que gêmeos idênticos em ambientes distintos estariam pensando *de dicto* em coisas bem distintas.

Não questiono aqui a primeira suposição. Ela me parece indiscutível. Entretanto, a segunda suposição me parece claramente falsa. Em todo caso, é o que buscarei mostrar ao longo desse artigo. O objetivo é elaborar uma noção de conteúdo exíguo compatível com o não-individualismo. Mas antes disso, cabe-nos mostrar a necessidade do conteúdo exíguo nas explicações psicológicas.

### III- A NECESSIDADE DOS CONTEÚDOS EXÍGUOS

Existem algumas linhas mestras de argumentação em favor dos conteúdos exíguos. O argumento que figura de forma mais proeminente na literatura sustenta que conteúdos amplos, determinados externamente, seriam irrelevantes do ponto de vista causal e explicativo. Como a causalidade é uma questão local, os conteúdos que figuram nas leis intencionais explicativas do comportamento deveriam ser exíguos. Fodor é o caso em questão. Seu principal argumento é formulado nos termos de três premissas e uma conclusão. A primeira premissa

incorpora a suposição inicial de Putnam de que gêmeos são duplos físicos. A segunda incorpora a suposição adicional de que seu comportamento é idêntico em todos os aspectos relevantes. A terceira premissa estabelece como inferência das premissas iniciais que os poderes causais também são idênticos em todos os aspectos relevantes. A conclusão que Fodor, então, extrai é a de que gêmeos pertencem a uma mesma espécie natural para efeitos de explicação psicológica e, conseqüentemente, que apenas conteúdos especificados de forma individualista seriam capazes de fornecer explicações psicológicas. Em suma, leis intencionais seriam exíguas<sup>14</sup>.

Nos termos em que é formulado, o argumento não é convincente. As segunda e terceira premissas são altamente controversas à luz de parâmetros não-individualistas. Em um artigo recente, Dretske colocou-as em questão<sup>15</sup>. Por mais que se assemelhem, os comportamentos dos duplos moleculares em ambientes distintos definitivamente não são idênticos. Ao erguer um copo d'água, levá-lo aos lábios e bebê-lo, Oscar e seu gêmeo estão se comportando de forma diferente. O que Oscar está fazendo é tomar um copo de H<sub>2</sub>O enquanto seu gêmeo um copo de XYZ. Essa distinção é absolutamente relevante na descrição das suas respectivas condutas. Sendo fisicamente idênticos, o que gêmeos em ambientes distintos compartilham não é o comportamento, mas antes seu produto final, o *movimento corporal*<sup>16</sup>. A distinção capital entre movimento corporal e comportamento repousa sobre a oposição entre dois tipos de causas, a saber, a causa deflagratória [*triggering cause*] e a causa estruturante [*structuring cause*]. Enquanto o movimento corporal deveria ser visto como um *evento* resultante de inputs deflagrando uma série de eventos neurofisiológicos, o comportamento deveria ser considerado como um *processo* a ser explicado por causas estruturantes, envolvendo conteúdos determinados, em parte, por referência ao ambiente externo ao agente.

Pessoalmente, tenho grande simpatia pela resposta de Dretske, mas duvido que ela possa mover Fodor da sua posição original. Fodor imagina uma rejeição funcionalista similar de sua

14 Um argumento semelhante é formulado por Kim 1982.

15 Dretske 2006.

16 Dretske ilustra essa distinção crucial aludindo à conhecida diferença existente entre uma pessoa movendo sua mão e o movimento da mão. Sendo o resultado do movimento da mão realizado por alguém, o movimento da mão não pode ser idêntico ao próprio ato de mover. Mover sua mão é uma forma de comportamento, i.e., um processo cujo resultado é o movimento corporal de ter sua mão movida. See Dretske, 1988; 2006.

segunda premissa. Um funcionalista – ele alega – poderia sustentar que os poderes causais dos gêmeos são distintos uma vez que as consequências comportamentais dos seus estados mentais – individuados funcionalmente – seriam distintas. Mas segundo Fodor, esse argumento incorreria em petição de princípio<sup>17</sup>. Porque alguém (como Fodor) que negue que os poderes causais dos gêmeos são distintos também negará que o comportamento de Oscar saciando sua sede e o comportamento do seu gêmeo de saciar a sede são condutas de diferentes tipos. Assim, a distinção proposta por Dretske parece incapaz de resolver a controvérsia em torno dos poderes causais.

Devemos proceder de forma distinta. Temos de questionar a terceira premissa do argumento em primeiro lugar para só então descartarmos as demais. Esse foi o caminho trilhado por Burge. À terceira premissa do argumento de Fodor subjaz a suposição controversa de que você “deve julgar a identidade e diferença dos poderes causais tendo em mente os contrafactuais, ou seja, através diferentes contextos e não em um mesmo contexto”.<sup>18</sup> Ele encontra apoio para sua suposição em uma analogia: “em linhas gerais, nossos bíceps possuem o mesmo poder causal se o seguinte for verdadeiro: para qualquer  $x$  e qualquer contexto  $C$ , se você é capaz de levantar  $x$  em  $C$  eu também sou” e vice-versa. O fato, por exemplo, que eu esteja cansado em um determinado contexto e não consiga levantar  $x$  e que você não esteja cansado em outro contexto e não consiga levantar  $x$  não prova que nossos bíceps possuem poderes causais distintos, uma vez que estariam sendo testados em contextos distintos. Assim, considerando a taxonomia psicológica e o poder causal, Oscar se comportaria da mesma forma que ao requisitar “Dá-me água”, ainda que com tal pedido ele obtivesse  $H_2O$  na terra e  $XYZ$  na terra gêmea<sup>19</sup>.

Segundo Burge, o problema dessa suposição de Fodor é que nenhuma decisão acerca da relevância dos contextos para identificar e distinguir poderes causais é independente de uma suposição prévia acerca da individuação das próprias espécies explicativas. Burge ilustra sua questão com um exemplo biológico. Imaginemos que um coração e um órgão que bombeie os dejetos digestivos fossem fisicamente indistinguíveis. Na medida em que pertencem a tipos biológicos completamente distintos, eles não poderiam compartilhar dos mesmos poderes cau-

---

17 Cf. Fodor 1991: 14.

18 Dretske 1988: 8.

19 Fodor 1987: 34-35.

sais à luz de qualquer concepção de poder causal que seja relevante para a taxonomia biológica (cf. Burge 2007: 335). Podemos dar um passo além de Burge e supormos, com Dretske, que a própria história evolutiva desempenha um papel relevante na especificação dos poderes causais em questão. Suponhamos, por exemplo, que uma moeda falsa seja indistinguível da verdadeira nos menores detalhes (exemplo adaptado de Dretske). Ora, mesmo que elas sirvam igualmente bem nas máquinas de coca-cola, jamais as consideraremos como pertencentes a um mesmo tipo como os mesmos poderes causais uma vez possuem origens diversas. Poderes causais de gêmeos em diferentes contextos são distintos uma vez que espécies explicativas também são individuadas de forma distinta em contextos distintos.

Como é notório, no seu último trabalho sobre o tema, Fodor passa a considerar o conteúdo exíguo como supérfluo alegando que “nosso fracasso em distinguir H<sub>2</sub>O de XYZ é *accidental*, mesmo se, em um determinado tempo e lugar, ele venha ser muito geral”.<sup>20</sup> Se gêmeos em ambientes distintos não são capazes de distinguir amostras de H<sub>2</sub>O das de XYZ, uma psicologia de conteúdo amplo não seria capaz de exprimir generalizações que subsumissem seu comportamento similar (apenas uma psicologia de conteúdo exíguo seria capaz). Entretanto, é *accidental* que tal fato ocorra, afinal, não é nomologicamente necessário que os gêmeos não possam distingui-los.<sup>21</sup> A questão fundamental seria a seguinte: “você não deseja uma psicologia que exprima generalizações *accidentais*; na verdade você deseja ignorá-las”.<sup>22</sup>

O problema com esse novo argumento de Fodor é que ele próprio já havia reconhecido a existência de uma conexão conceitual entre os poderes causais dos estados intencionais e seus efeitos corporais<sup>23</sup>. Com efeito, ao interpretamos o comportamento atribuindo estados mentais ao agente, estabelecemos um elo conceitual entre descrições relevantes da causa intencional e descrições relevantes do efeito comportamental. Parece bastante estranho, portanto, que a incapacidade dos terráqueos de distinguir XYZ de H<sub>2</sub>O seja *accidental* embora aconteça *de forma bastante geral*. O que causa estranheza é o seguinte: na interpretação do comportamento, erros nunca são vistos como gerais. Segundo o famoso princípio da caridade interpretativa de Da-

---

20 Fodor 1994: 31.

21 Ele diz: “não há lei que diga que você não pode distingui-los”, 33.

22 32.

23 See Fodor 1990: 22.

vidson, só tornamos uma forma geral de comportamento compreensível atribuindo ao agente uma forma de conteúdo à luz do qual ele aparece como correto e racional. Assim, mesmo que não exista nenhuma lei que impeça terráqueos de distinguir XYZ de H<sub>2</sub>O, o fato de tomarem geralmente XYZ por H<sub>2</sub>O constitui um forte indício em favor da suposição de que não estão se enganando (o que suscita a suposição natural adicional de que deve haver alguma outra lei natural que nos permita explicar porque tal conduta é bastante geral).

O mesmo ponto pode ser apreciado a partir da distinção entre movimento corporal e comportamento. Suponhamos que, sem o seu conhecimento, Oscar viaje a terra gêmea e lá um copo de XYZ induza nele o proferimento da oração (1) (ou o seu análogo mental) e estando com sede ele seja levado a tomar o copo, levar à boca e dele beber. Uma vez que ele não teve tempo de se adaptar ao novo ambiente, é razoável supormos que o conteúdo do seu proferimento ou a crença correspondente não sofreu qualquer alteração e, por conseguinte, o comportamento que ele realiza agora continue sendo inteiramente distinto daquele realizado pelo seu gêmeo. Se o gêmeo de Oscar está pensando no copo de XYZ como um copo de XYZ, Oscar estaria tomando erroneamente um copo de XYZ por um copo de H<sub>2</sub>O. A única coisa que teriam em comum seria o movimento corporal.

Mas se ocorrências mentais de “água” são especificadas pela oração subordinada (2), pergunta-se: como amostras de XYZ poderiam suscitar nele – e em qualquer terráqueo em situações semelhantes - de forma generalizada o proferimento da oração (1) ou a crença correspondente, fazendo com que ele tomasse o copo de XYZ e dele bebesse? O caso não precisa ser ficcional. Não-especialistas tomam frequentemente pirita por ouro, jadeita por nefrita, elmos por fainas etc. Eles não podem estar tomando equivocadamente XYZ por H<sub>2</sub>O nem jadeita por nefrita, elmo por faina etc. Eles devem estar antes representando indistintamente H<sub>2</sub>O e XYZ *como substância aquosa*, jadeita e nefrita *como jade* etc. Assim, a única explicação razoável é que H<sub>2</sub>O e XYZ, jadeita e nefrita, elmo e faina aparecem da mesma forma a todos os indivíduos indistintos a respeito de alguma propriedade neurológica dos seus cérebros. Mas se isso for correto, gêmeos idênticos em diferentes ambientes podem compartilhar mais do que o simples movimento corporal. Eles também se comportam da mesma forma ao representarem indistintamente H<sub>2</sub>O e XYZ *como substância aquosa*, jadeita e nefrita *como jade* etc.

Entretanto, essas alegações não são ainda suficientes para a justificação de uma dualidade de conceitos e de conteúdos. Mesmo especialistas devem estar dispostos a aceitar correções por deferência à expertise de terceiros no uso que fazem de conceitos. A situação é bastante conhecida pelo famoso exemplo de Burge (1979). A pessoa que vai ao médico se queixando de artrite na coxa normalmente aceita a correção do uso errôneo que está fazendo do termo “artrite” em deferência à expertise do médico. Uma pessoa que rejeitasse ser corrigida nessas condições seria inteiramente atípica. Da mesma maneira, ao proferir ou pensar conscientemente (1) diante de amostras de XYZ, Oscar também deveria estar disposto a aceitar uma correção quanto ao uso que faz do conceito de água por deferência à expertise de um químico. O ponto fundamental é o seguinte: se Oscar normalmente aceita as correções sugeridas pelo químico especialista, e ambos estão falando da mesma coisa, então parece forçoso concluirmos que ambos compartilham do mesmo conceito de água. Assim, não há lugar para um conceito adicional de substância aquosa distinto do conceito usual de água tal como não há lugar para um conteúdo exíguo distinto do conteúdo amplo individuado em parte por referência ao meio externo. Por conseguinte, mesmo que Oscar tenha apenas uma compreensão parcial do conceito de água e não saiba distinguir instâncias de  $H_2O$  de instâncias de XYZ, tal como o químico quando profere “água” ou pensa conscientemente em água, ele está pensando em  $H_2O$  *como*  $H_2O$  e não em  $H_2O$  ou XYZ *como substância aquosa*.

Mesmo sendo importante, esse argumento não me parece decisivo para a rejeição de conceitos e conteúdos exíguos. A meu juízo, o que nos leva a postular a existência de conceitos ou conteúdos exíguos adicionais aos conceitos e conteúdos amplos são ponderações puramente pragmáticas envolvidas na comunicação entre falantes e intérpretes. O que podemos dizer em linhas gerais é o seguinte. Quanto mais próximo um intérprete se encontrar da língua e da mente do agente ou do interlocutor, mais à vontade ele se sentirá para corrigí-lo em casos de divergência e mais provavelmente o agente se sujeitará às correções. Em contrapartida, quanto mais distantes estiverem as línguas e mentes dos intérpretes e falantes, menor será a probabilidade de que o intérprete ouse correções e, se as fizer, menor será a probabilidade de que o agente as aceite. Ao recusar a correção de um químico que água é  $H_2O$ , Oscar estará pensando em termos do conceito exíguo de substância aquosa. Assim, quando o intérprete ainda pouco conhece acerca da mente do agente e uma discordância significativa surge entre o uso que ele faz de um determinado termo ou conceito e o uso que faria o agente, sua interpretação é guiada

pelo o mencionado princípio da caridade interpretativa. O que ele faz é atribuir conceitos exíguos alternativos, maximizando a verdade do que estaria sendo pensado pelo agente de modo a tornar compreensíveis os proferimentos e a mente do agente. Em contrapartida, quando o intérprete já conhece suficientemente bem a mente do agente e mais uma vez e uma discordância significativa surge, então ele intérprete se sente a vontade para corrigir o uso do próprio falante e esse tende a aceitar a correção proposta.

#### IV- ALGUMAS CONCEPÇÕES DUAIS INFLUENTES.

##### 1- A abordagem do papel funcional intracraniano.

Tentativas contemporâneas de reintroduzir a noção de conteúdo exíguo podem ser caracterizadas genericamente como perspectivas duais do conteúdo. Nesta seção, irei me ocupar com aquelas que me parecem ser as mais influentes. A primeira concepção digna de nota concebe o conteúdo exíguo sobre a base da teoria funcionalista da mente como um papel funcional intra-craniano [*short-armed functional role*], ou seja, como o papel funcional de um determinado estado que se restringe ao conjunto das causas e efeitos intra-cranianas típicas (Loar 1981; Block 1986; Rey 1998). Um tipo de conteúdo exíguo seria, então, um tipo físico do cérebro com um papel causal característico face a determinados inputs, outros tipos de conteúdos exíguos e outputs, quando inputs e outputs são descritos sem menção a conteúdos. Sendo fisicamente indistintos, Oscar e seu duplo seriam também gêmeos funcionais intra-cranianos. Embora suas percepções e crenças tenham conteúdo amplo bem diverso, eles compartilhariam um tipo de conteúdo exíguo na medida em que seus cérebros se comportam da mesma forma (*output*) na Terra e na Terra-gêmea face aos mesmos estímulos neurofisiológicos (*input*) e face a outros tipos de conteúdo exíguo.

A abordagem funcional intra-craniana levanta um problema que esboçamos acima: ela toma equivocadamente o comportamento pelo seu resultado (*output*) (cf. Drestke 1988: 36). Com efeito, sendo fisicamente indistintos, gêmeos também são réplicas funcionais intra-cranianas no sentido em seus cérebros movem seus corpos da mesma forma (*output*) face aos mesmos estímulos neurofisiológicos e outros estados neuronais típicos. Mas na medida em que

suas percepções e crenças possuem conteúdos inteiramente distintos, seus comportamentos não podem ser idênticos. É difícil entendermos de que modo causas e efeitos intra-cranianos compartilhados poderiam apoiar alguma noção de conteúdo exíguo.

## 2 - A concepção dos dois componentes.

Como observamos ao considerar os termos de espécie natural como possuidores de “um elemento dêitico implícito” e os diferentes ambientes (terra e terra gêmea) como os contextos semânticos de tais dêiticos, Putnam busca assinalar a existência de um hiato entre as noções tradicionais de significado e extensão. A identidade do significado dos termos de espécie natural não implicaria a identidade das suas extensões. Mesmo acolhendo a concepção dêitica controversa dos termos de espécie natural, Fodor coloca em questão a avaliação que Putnam propõe do seu experimento mental. Segundo suas palavras, “o diagnóstico repousa sobre um erro bastante trivial: os exemplos da Terra-gêmea não rompem a conexão entre conteúdo e extensão; eles apenas relativizam-na para os contextos” (Fodor 1987: 47). Para resgatar a intuição semântica que conteúdo determina a extensão, tudo que devemos fazer é abandonar a concepção tradicional descritivista do conteúdo e passar a pensá-lo nos termos de uma intensão subjuntiva, i.e., uma função que leva do pensamento e um contexto às condições de verdade do pensamento nesse contexto (47). A abordagem de Fodor pode ser vista como uma generalização da noção de caráter dos demonstrativos de Kaplan. O argumento da função seria um par ordenado cujo primeiro elemento seria um pensamento (um estado portador de conteúdo) e o segundo o ambiente (a terra ou a terra-gêmea). O valor da função seria então a condição de verdade de tal pensamento em cada contexto específico. Embora os pensamentos de água de Oscar e do seu gêmeo possuam condições de verdade distintas, uma vez que seus contextos semânticos diferem, eles seriam intencionalmente idênticos na medida em que efetuam o mesmo mapeamento de pensamentos e contextos em condições de verdade (Fodor 1987: 48). Nos termos dessa abordagem, o conteúdo exíguo seria a própria intensão subjuntiva e o conteúdo amplo “o que você alcança quando você especifica o conteúdo exíguo e fixamos o contexto” (48).

Segundo a conclusão de Putnam, o pensamento mental da Terra-gêmea parece criar um problema para semântica tradicional porque ele sugere uma ruptura da conexão natural entre identidade de extensão e a identidade de conteúdo. Segundo Fodor, contudo, tal conexão não

é rompida, mas antes contextualizada. Conteúdos determinam a extensão em um determinado contexto, ou seja, a identidade de conteúdo em um mesmo contexto implica em uma identidade de extensão. Assim, de acordo com a segunda abordagem, o conteúdo exíguo é concebido como uma função (na acepção matemática do termo) que leva do pensamento em contexto a valores de verdade (conteúdo amplo). Nos termos propostos, ainda que proferimentos ou ocorrências mentais de “água” nos gêmeos possuam conteúdos amplos distintos, pois seus ambientes são *de facto* diferentes, eles compartilhariam de um mesmo conteúdo exíguo uma vez seus conteúdos amplos nada mais seriam do que diferentes valores de uma mesma função cujo argumento seria tais proferimentos ou ocorrências mentais de “água” nos respectivos ambientes.

Para aqueles filósofos movidos pela convicção que conteúdos são formas reais de representação, a perspectiva dos dois componentes é claramente insatisfatória. Segundo Evans, a essência da representação consiste na possibilidade de ser avaliada como verdadeira ou falsa (Evans 1982: 202)<sup>24</sup>. Assim, se o conteúdo exíguo não for uma representação completa, mas apenas o “vetor interno do qual resulta o conteúdo amplo”, ele só pode ser denominado de conteúdo por cortesia<sup>25</sup>. Curiosamente, Fodor foi o primeiro a mover essa objeção contra a sua própria abordagem: “se você entende por conteúdo o que é passível de avaliação semântica, então o que os meus pensamentos de água compartilham como os seus são não conteúdos” (Fodor 1987: 50). Enquanto na perspectiva descritivista tradicional, o conteúdo exíguo de um pensamento completo assume a forma de uma proposição geral, na abordagem proposta por Fodor ele seria “radicalmente inexpressível, porque ele seria apenas um conteúdo *potencialmente*” (50). Ademais, é misterioso como um estado mental poderia ser caracterizado como uma função matemática e como tal poderia ser responsável causalmente pelo comportamento<sup>26</sup>. Kriegel resume a insatisfação geral dizendo que um estado mental só merece a denominação “conte-

24 Evans formula sua crítica nos seguintes termos: “The objection is simple. It is of the essence of a representational state that it be capable of assessment as true or false. If a state is a representational state, it represents something other than itself as being thus and so, with that consequence that the state is true if and only if the thing concerned is thus and so. This is reflected in the form which representational states are ascribed: ‘S  $\Phi$ s that  $p$ ’. But a schema is not assessable as true or false, nor is any state whose ‘content’ can be given only in schematic terms assessable as true or false.” (EVANS 1982: 202)

25 Essa expressão foi cunhada por Baker em 1987.

26 Essa é a crítica de Putnam (1989: 42).

údo” quando ele é capaz de colocar seu possuidor em “contato cognitivo” com a realidade (cf. Kriegel 2008: 6).

### 3 - A abordagem dítica.

A abordagem dítica de Perry também se baseia em grande parte na representação tradicional dos casos de terra gêmea fornecida por Putnam no seu trabalho seminal (1975). Como observamos, a representação emergente da distinção entre conteúdos amplos e exíguos é claramente moldada pela oposição lingüística entre entidades referidas diretamente por termos *quasi*-dêiticos e condições de identificação expressas por descrições. Nesse quadro, os diferentes ambientes são simplesmente assimilados aos possíveis diferentes contextos semânticos do emprego dos *quasi*-dêiticos. Nas palavras de Fodor, o conteúdo amplo é o que se obtém ao especificarmos o conteúdo exíguo e fixarmos o contexto semântico (Fodor 1987: 48).

De modo similar, Perry toma como caso paradigmático da distinção entre conteúdos exíguos e amplos a distinção de Donnellan entre o uso atributivo e o uso referencial das descrições definidas. Poder-se-ia dizer que o conteúdo amplo é o que se obtém ao se “carregar” (*loading*) a descrição definida com fatos acerca do ambiente. Assim ao proferimento da oração “o autor de *The Elm and The Expert* gosta de velejar” podem ser atribuídos um conteúdo referencial e um atributivo. Se fixarmos o fato que Fodor é o autor em questão, o que obteremos é o conteúdo referencial que Fodor gosta de velejar. Mas se deixarmos tal fato em aberto, o que obteremos é o conteúdo atributivo segundo o qual o indivíduo que é o autor de *The Elm and The Expert* gosta de velejar<sup>27</sup>.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, ao proferimento de Oscar ou à crença que tal proferimento exprime podem ser atribuídos dois conteúdos distintos. Se deixarmos em aberto o fato de que H<sub>2</sub>O é a substância caracterizada como “água” no proferimento da oração (1), o que obteremos é o seguinte conteúdo reflexivo:

(7) Que a substância caracterizada como “água” em (1) sacia a sede.

Mas se tomarmos tal fato como fixo, o que obteremos é a proposição singular (3) na qual a propriedade de ser H<sub>2</sub>O seria um dos elementos constituintes. Nestes termos, a abordagem

proposta por Perry oferece uma possível saída para o problema da ausência de conteúdo real. Isso porque a oração subordinada (7) não exprime apenas um “vetor interno do qual resulta o conteúdo amplo” tal como o caráter dos demonstrativos de Kaplan e a função de Fodor. Ao se referir a uma ocorrência particular de (1), (7) representa inequivocamente um conteúdo real no sentido de exprimir uma proposição semanticamente avaliável como verdadeira ou falsa, tal como exige Evans. Esse conteúdo toma a forma de uma *proposição geral* na acepção de Kaplan uma vez que a descrição “a substância caracterizada como ‘água’ em (1)” e não um indivíduo é parte constituinte do conteúdo. Ademais, a oração (7) exprime uma proposição *reflexiva* no sentido em que tal oração representa as condições de verdade do proferimento original de (1) ao fazer referência à própria ocorrência (*token*) de (1) do modo sugerido por Reichenbach no seu célebre trabalho (1947): o proferimento de (1) é verdadeiro quando a substância caracterizada como “água” em (1) saciar a sede.

A concepção dítica do conteúdo exíguo levanta inúmeras questões. A suposição de que ao proferir ou acreditar no que a oração (1) enuncia Oscar estaria pensando sobre a própria ocorrência [*token*] é de difícil assimilação. Perry alega que o conteúdo reflexivo não é o “conteúdo oficial” do proferimento. Não obstante, proposições reflexivas ainda assim mereceriam ser vistas como formas alternativas de conteúdo, uma vez que elas “exprimem uma das coisas importantes que um falante competente aprende”.<sup>29</sup> Suponhamos que lemos a oração (1) escrita em algum lugar sem conhecer o contexto de tal ocorrência escrita [*token*], ou seja, qual substância o seu autor teria em mente ao se utilizar do termo “água”, se H<sub>2</sub>O ou XYZ. Então, uma das coisas que nós como audiência competente captamos de tal ocorrência escrita seria a proposição reflexiva (7). Consequentemente, (7) é uma das muitas coisas que são ditas pelo proferimento da oração.

Com efeito, o pluralismo de conteúdo de Perry é inteiramente defensável no plano semântico. É razoável supormos que um mesmo proferimento possa dizer diferentes coisas dependendo do que tomamos como fixo ou do que deixamos em aberto dos contextos pré-semântico, semântico e pós-semântico do proferimento. Assim, se desconhecemos o contexto relevante do proferimento (1), podemos presumir que a proposição reflexiva (7) é uma das coisas que estão sendo *ditas* por Oscar. Entretanto, existe uma grande diferença entre aquilo que uma audiência pode captar como sendo o dito por um determinado proferimento e aquilo que o falante/agente está realmente representando com tal proferimento/pensamento. Nem tudo que a audiência pode captar como sendo dito por um proferimento fornece uma caracterização

realista adequada para aquilo que o agente está efetivamente representando. Se ao lermos a ocorrência de (1), podemos, como intérpretes, ignorar qual propriedade ambiental estaria induzindo Oscar a produzi-la, ele certamente não. Conseqüentemente, não é crível que ao proferir ou pensar conscientemente (1), Oscar esteja realmente representando (7).

Essa dificuldade pode ser contornada se tivermos em mente que classificamos conteúdos não apenas pelo que efetivamente representam, mas também pelo papel funcional e cognitivo que os respectivos estados mentais desempenham. Assim, se proposição reflexiva (7) não exprime o que Oscar está efetivamente representando, no entanto, ela seria capaz de caracterizar o estado doxástico no qual Oscar se encontra uma vez que nos permitiria entender as ações verbais e não-verbais de Oscar. A oração reflexiva (7) nos permite entender, por exemplo, de que modo Oscar poderia assentir a (1) tanto na presença de H<sub>2</sub>O quanto na presença de XYZ, ou ainda porque Oscar poderia beber um copo de XYZ com a intenção de saciar sua sede.

A meu juízo, o problema crucial da concepção dítica do conteúdo exíguo é outro. Se a abordagem dítica nos permite entender de que modo conteúdos (reflexivos) seriam insensíveis à mudança de ambiente externo, da Terra para a Terra-gêmea, ela ainda não nos assegura, entretanto, que tais conteúdos sobrevenham localmente às propriedades físicas dos cérebros. Com efeito, indivíduos fisicamente distintos, digamos um terráqueo e extra-terráqueo, poderiam estar no mesmo estado mental caracterizado por (7) ao proferir ou pensar conscientemente (1) desde que suas respectivas condutas verbais e não-verbais fossem qualitativamente idênticas.

#### 4 - O bi-dimensionalismo semântico.

A quarta visão dual do conteúdo que merece menção aqui é o bi-dimensionalismo semântico de Chalmers. Na medida em que ela também se apóia na idéia crucial de intensão como uma função de mundos possíveis a extensões e valores de verdade, o bi-dimensionalismo se assemelha superficialmente à abordagem de Fodor e Stalnaker. Entretanto, as intenções envolvidas são diversas. Enquanto as abordagens de Fodor e Stalnaker estão baseadas na idéia de uma intenção subjuntiva apresentando a extensão de um conceito ou o valor de verdade de um pensamento como valores de funções cujos argumentos são pensamentos em contextos de possibilidades contrafactuais, a abordagem de Chalmers se baseia na idéia menos conhecida de

uma *intensão epistêmica* que também apresenta a extensão de um conceito ou o valor de verdade de um pensamento como valores de funções, mas cujos argumentos são pensamentos em contextos de possibilidades epistêmicas (Chalmers 2002).

Intuitivamente, podemos dizer que um pensamento é *epistemicamente possível* quando ele não pode ser excluído por um raciocínio *a priori*, i.e., quando sua negação não é epistemicamente necessária. E, inversamente, um pensamento é epistemicamente necessário quando ele pode ser justificado de forma *a priori*, i.e., quando há um raciocínio possível que justifica tal pensamento de forma conclusiva com argumentos independentes da experiência (3). Segundo essa compreensão, o pensamento de Oscar segundo o qual água é XYZ é epistemicamente possível uma vez que não há raciocínio *a priori* que revele sua falsidade. É importante destacarmos que nada aqui contradiz as suposições originais de Kripke e Putnam que água seja necessariamente H<sub>2</sub>O, i.e., que o termo de espécie natural “água” seja um designador rígido, fazendo referência a H<sub>2</sub>O em todos os mundos possíveis (de tal modo que, se em uma situação contrafactual os oceanos, rios e lagos contivessem XYZ e não H<sub>2</sub>O, o que eles conteriam não seria água, mas apenas substância aquosa). Ambos admitiam que mesmo sendo a água necessariamente H<sub>2</sub>O do ponto de vista *metafísico*, ela poderia não ser H<sub>2</sub>O do ponto de vista *epistêmico*: Se Oscar ignorasse a estrutura química da água, ele poderia pensar que água é XYZ.

É igualmente intuitivo supormos que quando um pensamento é epistemicamente possível existem vários cenários epistemicamente possíveis que tal pensamento *endossa* e outros que ele *exclui*. Quando um pensamento endossa um cenário possível, Chalmers afirma, de forma alternativa, que o cenário *verifica* tal pensamento, e quando ele exclui um cenário, que o cenário *falsifica* tal pensamento. Um cenário é descrito como uma possibilidade epistemicamente específica preenchida com todos os detalhes que possam ser representados pelos mundos possíveis. Assim, a terra gêmea na qual os oceanos, rios e lagos contêm XYZ é um cenário possível endossado pelo pensamento que água é XYZ e excluído pelo pensamento que água é H<sub>2</sub>O. Em suma, a hipótese que o cenário “terra gêmea” é atual verificaria o pensamento que água é XYZ e falsificaria o pensamento que água é H<sub>2</sub>O, enquanto a hipótese que o cenário terráqueo é atual verificaria o pensamento que água é H<sub>2</sub>O e falsificaria o pensamento que água é XYZ (4).

Em razão do caráter dêitico de alguns pensamentos, mundos possíveis não são específicos o bastante para representar os possíveis cenários. Nenhum somatório de razões objetivas

seria capaz de nos informar sobre a nossa localização espacial e temporal no mundo. Assim, se um mundo possível  $W$  representa dois planetas, a Terra e a Terra-gêmea, de tal modo que o primeiro seria aquele no qual os oceanos, rios e lagos conteriam  $H_2O$  enquanto o segundo seria aquele nos qual os oceanos, rios e lagos conteriam  $XYZ$ , ainda não sabemos se a hipótese que  $W$  é atual verifica ou falsifica o pensamento que água é  $H_2O$  uma vez que ainda desconhecemos nossa localização espacial e temporal em  $W$ . Por essa razão, *cenários* são mais bem representados por *mundos centrados*: mundos possíveis distinguidos pelo fato que o indivíduo pensante e o seu tempo se localizam no seu centro. Quando considero a hipótese que um determinado mundo centrado é atual, o que considero é que tal mundo é o *meu* mundo, i.e., que tal mundo seja o mundo no qual eu sou o indivíduo no centro desse mundo e *agora* é o tempo no centro. Assim, o cenário “Terra-gêmea” é aquele que representa o *nosso* mundo como aquele com  $XYZ$  nos oceanos, rios e lagos *em torno de nós*. Esse cenário específico verifica o pensamento que água é  $XYZ$  e falsifica o pensamento que água é  $H_2O$  (5).

Consideremos, primeiramente, o conceito de água a fim de apreciarmos a diferença decisiva entre intensões subjuntivas e epistêmicas. Como se sabe, a intensão subjuntiva do nosso conceito terráqueo de água seleciona rigidamente  $H_2O$  em todos os mundos possíveis do mesmo modo que a intenção subjuntiva do conceito terráqueo gêmeo de *guágua* seleciona rigidamente  $XYZ$  em todos os mundos possíveis (sob a suposição que *guágua* seja um designador rígido no idioma da terra gêmea). Em contrapartida, o que a intenção epistêmica do conceito de água seleciona depende crucialmente de qual cenário é adotado como atual. Se Oscar adota como atual o cenário terráqueo centrado nele e com  $H_2O$  em torno dele, a intenção epistêmica do seu conceito de água seleciona  $H_2O$ . Mas se ele adota como atual o cenário terráqueo gêmeo, centrado no seu gêmeo e com  $XYZ$  em torno dele, seu conceito de água seleciona  $XYZ$ . Consideremos agora as intensões epistêmicas de pensamentos de água completos tais como (1). Tomemos  $W1$  como sendo o cenário terráqueo,  $W2$  como o cenário terráqueo gêmeo e  $W3$  como um cenário similar em todos os aspectos relevantes ao cenário terráqueo gêmeo, exceto que  $XYZ$  em  $W3$  não é capaz de saciar a sede. Se Oscar adotar  $W1$  como seu cenário, ele terá que aceitar o pensamento de água (1) e se o seu gêmeo adotar o cenário  $W2$ , ele terá que aceitar o pensamento de água (1). Agora se Oscar adotar  $W2$  como atual, ele também terá que aceitar o pensamento (1) e se seu gêmeo adotar  $W1$ , também ele terá que aceitar o mesmo pensamento (1). Mas isso não é tudo. Se tanto Oscar como o seu gêmeo adotarem  $W3$  como o cenário atual,

ambos têm que rejeitar o pensamento (1). O mesmo vale para qualquer duplo físico de Oscar. Segundo Chalmers, mesmo um Oscar de tanque [*Vat Oscar*], aquele cujo cérebro estaria em um tanque de nutrientes recebendo informações artificiais, ao adotar W1 ou W2 como seus cenários, teria que aceitar o pensamento (1), e ao adotar W3 como atual teria que rejeitar (1). A moral que Chalmers extrai é que a intenção epistêmica dos pensamentos (1) compartilhada pelos gêmeos seria o conteúdo exíguo desses pensamentos, sobrevivendo localmente às condições físicas dos gêmeos.

Como uma função de mundos centrados em extensões e valores de verdade, as intenções epistêmicas não podem ser consideradas *como conteúdos reais*. Elas apenas fornecem conteúdos em cenários do mesmo modo que intenções subjuntivas fornecem conteúdos em contextos contrafactuais. Obviamente Oscar não está pensando na própria intensão epistêmica do seu conceito de água quando esse seleciona H<sub>2</sub>O ou XYZ, dependendo da adoção do cenário terráqueo ou do terráqueo gêmeo. Ele está pensando em H<sub>2</sub>O ou em XYZ. Não obstante, Chalmers acredita que seu bi-dimensionalismo epistêmico esteja imune à objeção de ausência de conteúdo real. As intenções epistêmicas não seriam *inexprimíveis* como as intenções subjuntivas de Fodor. Pelo contrário, intenções epistêmicas seriam conteúdos de primeira ordem, semanticamente avaliáveis como verdadeiros ou falsos e em relações inferenciais como outras proposições. A questão crucial seria o que são tais proposições primárias.

Chalmers admite que algumas descrições poderiam captar *grosseiramente* as intenções epistêmicas de conceitos e pensamentos completos, advertindo, contudo, que “esse tipo de aproximação não seria o substituto da intensão real. A intensão é mais bem avaliada ao considerarmos os cenários específicos” (6). Não é difícil imaginarmos o que seria tal proposição primária se levarmos em consideração no caso em questão que a intenção epistêmica dos pensamentos de água (1) dos gêmeos seria verdadeira nos cenários W1 e W2 e falsa no cenário W3. O que temos que fazer, é deixar em aberto qual dos três cenários centrados possíveis o agente estaria adotando, ou seja, *quem é o agente, o tempo e, por conseguinte, a substância ao seu entorno*. A seguinte descrição deveria então exprimir grosseiramente o que os gêmeos têm em mente ao proferir ou pensar (1):

(8) O líquido claro, dominante, com uma certa estrutura molecular, em torno do centro do cenário, marcado pelo *Eu* e pelo *Agora*, sacia a sede.

Como Perry corretamente salienta, as proposições primárias de Chalmers não são o conteúdo temático [*subject-matter*] dos enunciados e pensamentos de um agente, mas antes proposições reflexivas disfarçadas no sentido em que representam as condições de verdade de proferimentos fazendo referência a ocorrências [*tokens*] desses mesmos proferimentos (Cf. Perry 2001b: 193). Isso se torna evidente ao substituímos os dêiticos *Eu* e *agora* em (8) por ocorrências do proferimento original (1):

(8') O líquido claro, dominante, com uma certa estrutura molecular, em torno do centro do cenário, marcado pelo indivíduo que pensa (1) e pelo seu tempo, sacia a sede.

Entretanto, mesmo que a intenção epistêmica de Chalmers assuma a forma de uma proposição da forma (8') acima, passível de avaliação, em razão justamente do seu caráter dístico-reflexivo nada parece indicar que tal proposição seja capaz de exprimir o *conteúdo mental real* no qual o sujeito se encontra ao pensar ou proferir (1). Além de não satisfazer claramente a exigência crucial de ser um conteúdo real, a abordagem bi-dimensionalista tampouco satisfaz claramente a exigência da superveniência local. Tal como a abordagem dística de Perry, o bi-dimensionalismo de Chalmers mostra que gêmeos idênticos *poderiam* compartilhar de um mesmo conteúdo primário (8), ao mostrar que tal conteúdo é insensível à mudança de ambiente externo da terra para terra-gêmea ou mesmo da terra para um tanque de nutrientes. Entretanto, o bi-dimensionalismo não *assegura* que tal conteúdo sobrevenha a alguma propriedade física dos seus cérebros.

### 5 - A explicação indutora de resposta

Em um trabalho recente, Kriegel retoma o desafio de elaborar uma concepção acerca do conteúdo exíguo como uma forma real de representação que nos coloque em contato cognitivo com alguma "propriedade mundana" (Cf. Kriegel 2008: 310). Sua explicação repousa sobre uma distinção crucial entre "determinado" e "constituído" na definição corrente de conteúdo exíguo. O conteúdo exíguo é definido como aquele plenamente *determinado* pelo que se passa à cabeça no sentido de sobreviver a propriedades não-relacionais do cérebro: as condições de instanciação do conteúdo exíguo são inteiramente determinadas pelas condições de instanciação de propriedades não-relacionais do cérebro. Mas isso não significa dizer que o conteúdo exíguo

seja inteiramente *constituído* pelo que se passa à cabeça no sentido de ser uma propriedade do cérebro. Mesmo quando o conteúdo sobrevem a alguma propriedade intrínseca, ele permanece inerentemente relacional

A distinção entre “inteiramente determinado” e “inteiramente constituído” é a tentativa de Kriegel de resolver a ambiguidade crucial da definição corrente de conteúdo exíguo. Como vimos, um estado psicológico em “sentido exíguo” seria “independente do ambiente exterior” no sentido “individualista” em que não pressuporia a existência de nada além do próprio indivíduo que nele se encontra. Mas um estado psicológico em “sentido exíguo” seria “independente do ambiente exterior” no sentido em que sobreviria localmente a propriedades físicas do cérebro, ou seja, no sentido relevante em que gêmeos idênticos em ambientes diversos compartilhariam de um mesmo conteúdo exíguo. Na medida em que tais sentidos são independentes entre si, mesmo ao rejeitarmos a primeira suposição, poderíamos continuar assumindo a segunda, qual seja, que alguns conteúdos sobrevivem localmente a propriedades físicas do cérebro.<sup>28</sup> A sugestão de Kriegel assume a seguinte forma:

Whenever a concept M bears the relation R that underlies contentfulness to a twin-earthable property F constituting M's, there is in F's vicinity a non-twin-earthable property G such that M bears R to G. M's bearing R to F constitutes M's the wide content it does, while M's bearing R to G constitutes M's having the narrow content it does. (Kriegel 2008: 311)

A propriedade [*non-twin-earthable property*] em questão deve satisfazer pelo menos três condições. Primeiramente, uma vez que o conteúdo exíguo deve ser “real”, colocando seu portador em contato cognitivo com o mundo, ela deve ser uma “propriedade mundana” complexa (ou um complexo de propriedades mundanas) no sentido em que seria uma propriedade

---

**28** Como observamos na introdução desse trabalho, a percepção dessa ambigüidade fundamental teria levado autores como Burge e Dretske a retificarem suas afirmações originais pouco cuidadosas segundo as quais o não-individualismo seria a rejeição da suposição de conteúdos possam sobrevir a propriedades físicas do cérebro (conferir notas 3 e 4). Que eu saiba, Recanati (1997: 214) foi o primeiro a se dar conta de tal ambigüidade.

das entidades representadas e não uma propriedade dos estados mentais que representam. Ademais, uma vez que gêmeos compartilham do mesmo conteúdo exíguo, ela deve ser uma propriedade de nível superior metafisicamente realizada por ambas as propriedades de nível inferior, a saber,  $H_2O$  e XYZ. Mas uma vez que o conteúdo exíguo sobrevém localmente a propriedades físicas do cérebro, ela deve satisfazer uma última condição: se dois indivíduos estão em diferentes relações perceptuais ou cognitivas com tal propriedade, então eles devem diferir a respeito de alguma propriedade neurológica dos seus cérebros.

Segundo Kriegel, a forma mais direta de asseguramos a superveniência local da relevante relação R que um conceito M mantém com uma propriedade mundana G a alguma propriedade física não-relacional do cérebro H consiste definir G como a propriedade indutora de certas respostas [*response-dependent property*] no sujeito quando este se encontra uma relação apropriada com ela. Propriedades definidas como indutoras de respostas nos indivíduos são conhecidas como “propriedades indutoras de respostas” entendidas como as disposições de evocar as respostas corretas nos indivíduos sob condições apropriadas (cf. Wright 1988; Johnston 1989; Pettit 1991). Johnston define a propriedade indutora de resposta por meio do seguinte bicondicional *a priori*:

X é C if and only if x is such as to produce an x-directed response R in a group of subjects S under the condition K (Johnston 1989: 145).

Mas, como Kriegel corretamente assinala, a definição acima é inadequada para o propósito de elaboração da noção de conteúdo exíguo uma vez que ela não faz distinção entre propriedades indutoras de respostas perceptuais e cognitivas de propriedades indutoras de respostas não-cognitivas (por exemplo, a propriedade de induzir respostas hormonais em touros espanhóis em condições normais; a propriedade de induzir respostas emocionais em adultos escandinavos em quaisquer condições). Para podermos especificar de forma apropriada as propriedades constituídas do conteúdo exíguo de forma apropriada, temos que restringir a definição de modo que ela abarque apenas as propriedades indutoras de respostas perceptuais e cognitivas. Assim, G é uma propriedade constituída de conteúdo exíguo em potencial se e só se:

For any  $x$ ,  $x$  is  $G$  if and only if there are intrinsically indistinguishable subjects  $S_1 \dots S_n$  and perceptual and cognitive responses  $R_1 \dots R_n$  in normal conditions. (Kriegel 2008: 313)

Para evitar circularidade, as respostas cognitivas e perceptuais não podem ser caracterizadas nos termos dos seus conteúdos (cf. Kriegel 2008: 314). A saída consiste em apelar aos papéis funcionais intracranianos mais uma vez. Entretanto, em oposição à abordagem funcionalista, a idéia não é identificar o conteúdo exíguo como o papel funcional intracraniano. Enquanto nos termos da abordagem funcionalista o conteúdo exíguo  $C$  de um conceito  $M$  seria a resposta seria a resposta  $R$  a uma propriedade disposicional  $D$  ( $C=R$ ), na abordagem proposta o conteúdo exíguo  $C$  de  $M$  seria, alternativamente, a propriedade disposicional  $D$  de induzir respostas  $R$  ( $C=D$ ) (317).

Por mais sugestiva e convidativa que seja a explicação indutora de resposta, ela se vê às voltas com um problema anterior. O papel funcional intracraniano é a maneira encontrada por Kriegel para evitar a circularidade que consiste em apelar para conteúdos exíguos para se explicar a distinção capital entre respostas cognitivas e não-cognitivas a propriedades indutoras de respostas. Considerando que uma mesma propriedade mundana é capaz de induzir tanto respostas perceptuais e cognitivas quanto respostas não-cognitivas, o problema é que não temos como separar as cognitivas das não-cognitivas em termos funcionais puramente intracranianos uma vez que esses não envolvem nenhuma relação a algo do mundo exterior, como o próprio Kriegel reconhece (308). Kriegel negligencia o fato que respostas perceptuais e cognitivas a propriedades indutoras de respostas não são meros movimentos corporais, mas antes formas de comportamento baseadas em conteúdos reais. Só podemos separar uma resposta cognitiva típica à propriedade de ser substância aquosa, digamos a intenção de abrir o guarda-chuva quando está chovendo, de uma resposta não-cognitiva típica à mesma propriedade, digamos urinar substância aquosa depois de tê-la bebido, presumindo que no primeiro caso, mas não no segundo, o agente está necessariamente representando substância aquosa como substância aquosa.

## V- A SUGESTÃO

Como observamos, a forma mais direta encontrada por Kriegel para se garantir a superveniência local é definindo a propriedade em questão como sendo aquela que induziria as mesmas respostas perceptuais e cognitivas em todos os indivíduos indistintos relativamente a alguma propriedade dos seus cérebros. Mas como observamos, a necessidade de distinguirmos respostas cognitivas das não-cognitivas acaba por pressupor a própria noção de conteúdo exíguo que caberia ser esclarecida. Na sequência examino duas versões alternativas de conceitos exíguos que contornam o problema de Kriegel.

Embora Kriegel não se pronuncie explicitamente a respeito, tudo parece indicar que ele entende o conteúdo exíguo tal como usualmente se entende o conteúdo amplo, ou seja, como uma forma russelliana de conteúdo no qual a propriedade disposicional de ser substância aquosa figuraria como constituinte. Assim, enquanto os conceitos amplos de água seriam conteúdos russellianos nos quais as respectivas propriedades de ser  $H_2O$  e de ser XYZ figurariam, o conceito exíguo de água também assumiria a forma de um conteúdo russelliano no qual figuraria, alternativamente, a propriedade disposicional de ser substância aquosa que induziria as mesmas respostas perceptuais e cognitivas nos indivíduos indistintos relativamente a alguma propriedade dos seus cérebros.

A primeira alternativa seria entender o conteúdo exíguo de forma fregeana. Enquanto os conteúdos russellianos envolvem objetos, propriedades e relações, os conteúdos fregeanos envolvem *modos de apresentação* [*Gegebenheitsweise der Gegenstände*]. A idéia é bastante conhecida na filosofia da linguagem. Proferimentos tais como “Hesperus é um planeta” e “Phosphorus é um planeta” possuem um mesmo conteúdo russelliano (o conteúdo que atribui a Venus a propriedade de ser um planeta), mas diferentes conteúdos fregeanos uma vez que os termos “Hesperus” e “Phosphorus” estariam associados a diferentes modos de apresentação do planeta Venus, espelhando diferenças de papel ou significado cognitivo. De forma deflacionária, os modos de apresentação fregeanos podem ser entendidos aqui como condições de identificação dos objetos, propriedades ou relações que pertencem à extensão de termos singulares, predicados unários e binários, respectivamente. Assim, ao termo singular “Hesperus” estaria associado a um modo de apresentação ou condição que Venus satisfaz para poder ser identificado como o objeto referido por tal termo, qualquer coisa como “o objeto mais brilhante em uma posição do céu à noite”. Em

contrapartida, o termo singular “Phosphorus” estaria associado a outro modo de identificação do mesmo planeta Venus: “o objeto brilhante em uma posição do céu visto pela manhã”.

Ora, como conceitos são os análogos mentais no pensamento completo das expressões sub-sentenciais em orações é natural supormos que a um conceito qualquer esteja quase sempre associada uma condição de identificação de uma propriedade ou relação como pertencente à extensão do termo geral correspondente. O candidato natural no nosso caso seria a seguinte condição de identificação: *as propriedades que normalmente causam experiências aquosas* (ou seja, experiências de algo líquido, incolor, inodor e insípido) *em todos os indivíduos indiscerníveis relativamente a alguma propriedade física dos seus cérebros*. Assim, as próprias propriedades físicas da água figurariam (como causas) nas condições de identificação dessas mesmas propriedades.

Como assinalamos, se terráqueos assentem a orações de água indistintamente em presença tanto de XYZ quanto de  $H_2O$ , eles não podem estar tomando equivocadamente XYZ por  $H_2O$  quando a substância se relevar XYZ e não  $H_2O$ . Pela mesma razão, se terráqueos gêmeos assentem a orações de água indistintamente em presença tanto de  $H_2O$  quanto de XYZ, eles também não podem estar tomando equivocadamente XYZ por  $H_2O$  quando a substância em questão se revelar  $H_2O$  e não XYZ. Com efeito, a propensão em assentir a orações de água em presença tanto de  $H_2O$  quanto de XYZ nos força a conjecturar acerca da existência de uma terceira lei governando as ocorrências de “água” tanto na terra quanto na terra gêmea nos seguintes termos:

**L3** Experiências aquosas e, por conseguinte, proferimentos e pensamentos de água são causados em todos os indivíduos indiscerníveis relativamente a alguma propriedade física dos seus cérebros pela instanciação de  $H_2O$  ou de XYZ.

Assim, se são ou instâncias de  $H_2O$  ou instâncias de XYZ que induzem os gêmeos ao proferimento da oração (1) e, ademais, se eles são insensíveis à diferença entre elas, ao proferir a oração (1) eles têm que estar pensando *de dicto*:

(9) Que a propriedade que normalmente causa experiências aquosas sacia a sede.

Se o conteúdo amplo é entendido como o conteúdo russelliano no qual figura ou a propriedade de ser  $H_2O$  ou a de ser XYZ, na explicação alternativa proposta, o conteúdo exíguo deve ser entendido como o *modo de apresentação* de ambas essas propriedades segundo a conexão nomológica L3. Assim, a nossa noção de conteúdo exíguo parece preencher todos os

requisitos propostos. Em primeiro lugar, em conformidade com os preceitos fundamentais do não-individualismo, conceitos exíguos são individuados em parte por referência ao ambiente externo como L3 assinala. Entretanto, em oposição aos conceitos amplos, os conceitos exíguos são insensíveis à variação de ambiente da terra para a terra-gêmea e vice-versa uma vez que são insensíveis às diferenças moleculares das propriedades envolvidas. Cabe salientar, no entanto, que o recurso à clássica noção fregeana de modo de apresentação não nos compromete com a tese descritivista que tais modos de identificação determinam a referência, uma vez que a identidade de conceitos exíguos não envolve uma identidade de extensão. E mesmo não determinando a referência, conceitos exíguos sobrevêm localmente às propriedades físicas dos cérebros uma vez que são definidos como aquelas propriedades que normalmente causam as mesmas experiências de água em todos os indivíduos indiscerníveis relativamente a alguma propriedade física dos seus cérebros.

Entretanto, essa versão fregeana do conteúdo/conceito exíguo ainda conserva um aspecto central do descritivismo que não nos parece de modo algum intuitivo. Seja a que for que proferimento ou pensamento (1) se refira, essa referência independe de quaisquer condições de identificação como as sugeridas acima. Ademais, quando os gêmeos proferem ou pensam (1), eles não estão pensando em condições de identificação da mesma maneira que quando proferimos ou pensamos em um nome próprio não estamos pensando em uma ou mais descrições definidas que abreviariam ou explicitariam o sentido de tal nome.

A alternativa que nos resta seria supormos que, tal como os conteúdos amplos, o conteúdo exíguo também teria uma forma russelliana na qual figura uma propriedade ao invés de um modo de apresentação ou condição de identificação de propriedades. Duas interpretações devem ser descartadas logo de início. Como observamos, se quisermos evitar a circularidade viciosa, não podemos compreender a propriedade em questão como uma propriedade disposicional indutora de respostas perceptuais e cognitivas em indivíduos fisicamente indistinguíveis (Kriegel). Em segundo lugar, se quisermos satisfazer as exigências postas pelo não-individualismo, não podemos compreender tal propriedade como uma propriedade fenomenal intrínseca à própria experiência. A idéia seria compreendê-la antes como uma propriedade superficial de ordem superior (por exemplo, a propriedade de ser substância aquosa) implementada metafisicamente tanto pela propriedade de ordem inferior de ser H<sub>2</sub>O (na terra) quanto pela propriedade de ordem inferior de ser XYZ (na terra-gêmea).

Suponhamos que a seguinte lei governe ocorrências mentais e linguísticas de água tanto na terra quanto na terra-gêmea:

**L4** Ocorrências linguísticas e mentais de “água” em indivíduos indiscerníveis relativamente a alguma propriedade relevante dos seus cérebros são causadas pela mesma propriedade superficial de ordem superior de ser substância aquosa.

Podemos afirmar que o conceito exíguo de água se refere *diretamente* à propriedade de ordem superior de ser substância aquosa se e somente se tal conceito for instanciado em um ato de pensamento em todos os indivíduos indiscerníveis relativamente a alguma propriedade dos seus cérebros quando tal propriedade de ordem superior (de ser substância aquosa) for instanciada e por causa da instanciação de tal propriedade. Assim, ao proferir ou pensar conscientemente (1), os gêmeos têm que estar pensando *de dicto*:

(10) Que a substância aquosa sacia a sede.

A presente conceituação parece preencher todas as exigências postas à noção de conteúdo exíguo. Primeiro, em conformidade com os preceitos fundamentais do não-individualismo, conceitos exíguos são individuados em parte por referência ao ambiente externo como L4 assinala. Segundo, em oposição aos conceitos amplos, os conceitos exíguos são insensíveis à variação de ambiente da terra para a terra-gêmea e vice-versa uma vez que a propriedade de ordem superior (ser substância aquosa) é implementada metafisicamente tanto pela propriedade de ordem inferior de ser H<sub>2</sub>O (na Terra) quanto pela propriedade de ordem inferior de ser XYZ (na Terra-gêmea). Por último, conceitos exíguos sobrevivem localmente às propriedades físicas dos cérebros uma vez que segundo L4 sua instanciação é feita mediante a instanciação das propriedades de ordem superior depende e, decisivamente, de alguma propriedade física do cérebro.

## VI- ALGUMAS OBJEÇÕES CENTRAIS:

### O novo problema da disjunção

A existência de diferentes leis explicando a ocorrência dos mesmos tipos mentais engendra o assim chamado problema da disjunção<sup>29</sup>. É um lugar comum para todos familiarizados com os desdobramentos semânticos da teoria da informação que um mesmo sinal pode veicular diferentes informações acerca de diferentes objetos na medida em que a propriedade de ser uma ocorrência do sinal em questão possa co-variá-lo nomologicamente com diferentes propriedades segundo diferentes leis naturais. Consequentemente, nem todas as ocorrências de um mesmo sinal podem ser tomadas como expressão do seu significado ou conteúdo.

A solução teleológica de Dretske faz apelo ao indicador de função que um sinal ou um estado mental portador de conteúdo adquire ou em razão da evolução natural da espécie ou em razão do aprendizado. Uma vez que Oscar aprendeu o termo de espécie natural "água" na terra, o estado doxástico que ele ocupa ao acreditar no que o proferimento da oração (1) exprime adquiriu a função de indicar H<sub>2</sub>O como água e não como XYZ ou como a disjunção H<sub>2</sub>O-ou-XYZ. Se L1 é a lei em vigor, o que é pensado pelo seu proferimento é especificado apropriadamente pela ocorrência oblíqua da oração (2) e não pela ocorrência oblíqua da oração alternativa (4).

A solução conhecida de Fodor faz apelo à dependência assimétrica das leis envolvidas. O que está sendo pensado por Oscar é apropriadamente especificado pela oração subordinada (2) e não pela (4) uma vez que L2 depende assimetricamente de L1. Essa dependência assimétrica entre leis naturais é normalmente definida por Fodor nos termos de um condicional contrafactual: ainda haveria uma conexão causal entre a propriedade de ser H<sub>2</sub>O e a propriedade de ser um pensamento de água mesmo se não houvesse conexão causal entre a propriedade de ser XYZ e a propriedade de ser um pensamento de água. Mas não o contrário: se a conexão causal entre a propriedade de ser H<sub>2</sub>O e a propriedade de ser um pensamento de água se rompesse, não haveria mais conexão causal entre a propriedade de ser XYZ e a propriedade de ser um pensamento de água.

Não tomarei posição nessa discussão uma vez que isso exigiria outro trabalho. O problema é que a explicação proposta do conteúdo exíguo no quadro do não-individualismo se vê às

voltas com o mesmo problema. Para ilustrar minha questão, podemos retomar o caso em que Oscar, sem seu conhecimento, viaja para a Terra-gêmea onde um copo da substância aquosa local – XYZ – induz nele o proferimento ou o pensamento consciente da seguinte oração:

(11) “Isso é um copo d’água”.

Segundo a explicação teleológica de Dretske, a crença de Oscar é especificada de forma apropriada pela ocorrência oblíqua de uma oração como a seguinte:

(12) Que isso é um copo de  $H_2O$ .

Mas se seu estado doxástico adquiriu a função de indicar  $H_2O$  como água e substância na terra gêmea é XYZ, então o proferimento de Oscar de (11) tem que ser falso. O problema é que se o estado doxástico de Oscar não está representando indistintamente tanto  $H_2O$  quanto XYZ como substância aquosa, o fato que terráqueos tomem sistematicamente XYZ por  $H_2O$  e terráqueos gêmeos  $H_2O$  por XYZ termina sem uma explicação razoável.

Para podermos tornar casos como esses compreensíveis temos de interpretar o proferimento da oração (1) em termos exíguos. Temos de presumir que ao proferir ou pensar conscientemente (11) o estado mental de Oscar adquiriu a função alternativa de indicar substância aquosa. Se os humanos são incapazes de detectar água por meio de sua estrutura molecular e o conceito de água tem a mesma extensão na terra que o conceito de substância aquosa, então parece razoável presumirmos, primeiramente, que a natureza tenha moldado o cérebro humano com a função de indicar a propriedade de nível superior de ser substância aquosa implementada metafisicamente tanto por  $H_2O$  quanto por XYZ. Deste modo, parece razoável supormos que o estado mental de Oscar ao proferir ou pensar conscientemente (11) também pode ser especificado pela ocorrência oblíqua da seguinte oração:

(13) Que isso é um copo de substância aquosa.

Entretanto, ao assumirmos que o estado mental no qual Oscar se encontra ao proferir ou pensar (11) possui a função alternativa de indicar a propriedade de ser substância aquosa, acabamos por abandonar a tese que o termo de espécie natural “água” designe rigidamente  $H_2O$  em todos os mundos possíveis e, por conseguinte, por trivializar a possibilidade do erro, reduzindo-o a meros casos de ilusões perceptuais e alucinações. Na medida em que a propriedade de

ordem superior de ser substância aquosa é implementada metafisicamente tanto pela propriedade de ser  $H_2O$  quanto pela propriedade de ser  $XYZ$ , ao proferir ou pensar conscientemente (11), Oscar só poderia se equivocar caso seus órgãos dos sentidos não estivessem em condições ideais ou não estivesse conectados de forma apropriada com a substância em questão.

A tese da dependência assimétrica de Fodor não se encontra em situação melhor. De acordo com a dependência assimétrica de L2 frente a L1, o proferimento ou pensamento consciente (11) é especificado apropriadamente pela ocorrência oblíqua da oração subordinada (12). Mas Oscar se encontra na terra gêmea e lá os proferimentos de “água” ou as ocorrências mentais do mesmo termo são causados por instâncias de  $XYZ$  segundo a lei L2. Consequentemente, lá tal proferimento ou pensamento consciente tem de ser falso. Como antes, o problema é que não temos como se explicar por que terráqueos tomam sistematicamente  $XYZ$  por  $H_2O$  e terráqueos gêmeos  $H_2O$  por  $XYZ$ .

Para tornarmos compreensíveis tais condutas, teríamos de presumir que L1 depende assimetricamente de L4, segundo a qual proferimentos e pensamentos de água são causados ou por instâncias de substância aquosa. Mas se tomamos L1 como sendo assimetricamente dependente de L4, então temos que abandonar a suposição inicial de que L2 dependia assimetricamente de L1, abandonando a tese que “água” seja um termo de espécie natural que designa  $H_2O$  em todos os mundos possíveis e, por conseguinte, restringindo a possibilidade de erro a ilusões e alucinações.

Desejo subscrever aqui a tese de que não há fato concreto [*no fact of matter*] que nos obrigue a interpretar o proferimento ou pensamento consciente (11) quer nos termos do conteúdo amplo (12) quer nos termos do conteúdo exíguo (13). Temos que ter em mente, contudo, que a indeterminação em questão não é a sobre-determinação no sentido de Quine de duas teorias empiricamente equivalentes embora incompatíveis. A indeterminação presente deve ser entendida no sentido de dois esquemas de interpretação empiricamente equivalentes e compatíveis entre si. Ocorrências oblíquas das orações subordinadas (12) e (13) representam diferentes planos de conteúdo, fornecendo informações em diferentes níveis. A interpretação do proferimento ou pensamento consciente (11) nos termos do *falso* conteúdo amplo (12) não contradiz a interpretação do mesmo proferimento ou pensamento nos termos do conteúdo exíguo *verídico* (13), uma vez que não se encontram no mesmo plano.

### O fenômeno da compreensão parcial dos conceitos

Ora, mas mesmo que possamos acolher aqui a tese da indeterminação do conteúdo (com efeito, a versão moderada de Davidson, e não a radical de Quine), qualquer tentativa de resgatar a noção de conteúdo exíguo ainda tem que fazer frente à clássica objeção formulada por Burge. Uma vez que conteúdos são atribuídos a um sujeito a partir de uma referência ao seu meio exterior e não com base em critérios do próprio sujeito, a compreensão dos conteúdos e dos conceitos constitui sempre um fenômeno que admite níveis ou gradações. Podemos sempre compreender um determinado conteúdo de forma mais ou menos parcial, dependendo do nosso conhecimento a respeito. E essa compreensão parcial sempre sujeita o seu portador a uma possível correção por deferência ao conhecimento superior por parte de um especialista. Segundo o exemplo clássico de Burge, se um paciente se queixa a um ortopedista de artrite no meio da coxa e esse o corrige dizendo que “artrite” só ocorre nas juntas, em situações normais, o paciente prontamente aceitaria a correção por deferência à expertise do doutor.

Imaginemos alguém que, seguindo o preceito da caridade interpretativa, cunhe um termo tal como “coxartrite” de modo a cobrir tanto artrite propriamente dita quando qualquer problema ósseo no meio da coxa. Assim, para tornar compreensível a queixa do paciente, o caridoso ortopedista o interpretaria como se ele estivesse se queixando de “coxartrite”. Burge fulmina essa alternativa nos seguintes termos:

As condições [*constraints*] apropriadas à aplicação desse termo, e à suposta noção do paciente, não estão claras. Qualquer problema na coxa que o paciente queira chamar de ‘artrite’ vai contar como ‘coxartrite’? Outras moléstias estão incluídas? O que decidiria? O problema que não há nenhum padrão reconhecido que governe a aplicação do novo termo. Em tais casos, o método é aparentemente *ad hoc* (Burge, 1979, p. 123, grifo meu).

Ora, como a nossa situação parece análoga em todos os aspectos relevantes, a mesma crítica fulminante se estenderia naturalmente à concepção de conteúdo exíguo que estamos a elaborar aqui. Citando a importante objeção do parecerista anônimo deste artigo, pode-se alegar o seguinte: como o conceito exíguo de água não designa rigidamente uma substância, tal como o conceito amplo de “água”, nem se funda em algum conteúdo descritivo, também aqui

não haveria nenhum padrão reconhecido que governasse o emprego de tal conceito, tornando o método até aqui utilizado *ad hoc*.

Ora, embora as situações sejam análogas em alguns aspectos relevantes, principalmente no que tange o fenômeno da compreensão parcial de conceitos e conteúdos, elas diferem em pelo menos um aspecto crucial, que procurei destacar aqui em itálico no supracitado texto de Burge. Enquanto na situação imaginada por Burge, o emprego do termo “coxartrite” é inteiramente arbitrário, não estando efetivamente pautado por nenhum padrão reconhecido que o governe, o emprego do conceito exíguo de “água” está pautado por um rígido padrão (filogenético) que exprimimos acima pela lei L4.

**L4** Ocorrências linguísticas e mentais de “água” em indivíduos indiscerníveis relativamente a alguma propriedade relevante dos seus cérebros são causadas pela mesma propriedade superficial de ordem superior de ser substância aquosa.

Por razões óbvias de sobrevivência, quase todos os organismos vivos são programados filogeneticamente pela mãe natureza a detectar substância aquosa em seu meio ambiente (com a finalidade de detectar H<sub>2</sub>O). Há outra razão fundamental para distinguirmos o conceito exíguo de água do suposto conceito exíguo de coxartrite (inteiramente arbitrário). O que estou denominando aqui conteúdo exíguo de água nada mais é que o sucedâneo natural do conteúdo não-conceitual das nossas percepções de água. Como o próprio Burge salienta em trabalho recente (Burge, 2009), mesmo sendo de natureza não-conceitual (no sentido preciso em que o portador de tal conteúdo não precisa dispor dos conceitos necessários para a especificação canônica de tal conteúdo), a percepção sempre “atribui tipos, propriedades e relações a indivíduos percebidos” (Burge, 2009, p. 287). Segundo o mesmo Burge, os conteúdos não-conceituais da percepção são individuados da mesma forma não-individualista que os conteúdos de natureza conceitual, ou seja, por referência em parte ao meio exterior do agente, (2009, p. 294). Assim, muito antes de aprender o conceito amplo de água como um designador rígido de H<sub>2</sub>O em todos os mundos possíveis, a percepção de uma criança pequena ou de animais já atribuí as conhecidas propriedades aquosas à substância que preenche os rios, lagos e oceanos, que cai sob a forma de chuva etc. O ponto fundamental é o seguinte: como as moléculas de H<sub>2</sub>O não são perceptíveis, ao perceber um copo d’água, a criança jamais poderia estar representando o conteúdo amplo (12). Sem possuir os conceitos de copo e de substância aquosa, a sua percepção estaria representando

(13). Ora, mas se reconhecemos que o conteúdo não-conceitual da nossa percepção de água é exíguo, ou seja, sobrevém localmente a propriedades físicas do nosso cérebro, sendo, ademais, insensível à mudança da Terra para a Terra-gêmea, temos de reconhecer a existência de conteúdos e conceitos exíguos de água que compartilham o mesmo conteúdo da percepção de água.

Entretanto, o fenômeno da compreensão parcial dos conceitos ainda parece constituir um desafio para a abordagem dos conteúdos exíguos desenvolvida aqui. Como sugere o meu parecerista, seria por demais contra-intuitivo supor que alguém, ao ser advertido por um ortopedista de estar a empregar a palavra “artrite” de forma incorreta, não se corrigisse por deferência à expertise do ortopedista e retorquisse que estava a pensar em coxartrite. *Mutatis mutandis*, também se poderia alegar que seria por demais contra-intuitivo que alguém, ao ser corrigido por proferir “água” em presença de XYZ, também alegasse em sua defesa que estaria pensando em substância aquosa. Nas palavras de Burge,

Quando surpreendido em erros do tipo que estamos discutindo aqui, o sujeito *geralmente* não reage dizendo que seu ponto de vista foi mal compreendido. O Paciente não diz (nem pensa) que tinha pensado ter na coxa alguma-categoria-de-doença-do-tipo-da-artrite-e-que-incluía-artrite-mas-também-capaz-de-ocorrer-fora-das-articulações, em vez do erro geralmente atribuído. Este tipo de erro seria hipócrita (Burge, 1979, p. 124, grifo meu).

Sem querer me repetir, a primeira coisa que gostaria de salientar é que não creio, mais uma vez, que as duas situações sejam semelhantes em todos os aspectos relevantes. Enquanto o suposto conceito de coxartrite não está pautado por nenhum padrão, o conceito exíguo de substância aquosa é governado por rígidos padrões filogenéticos, sendo, ademais, resultante da simples conceituação do conteúdo não-conceitual das nossas percepções. Assim, se é por demasiado contra-intuitivo supormos que, diante da correção do ortopedista, o paciente retorquisse alegando que estava pensando em coxartrite, mesmo reconhecendo com Burge que essa não é a forma como o sujeito *geralmente* reage, não me parece nem um pouco contra-intuitivo supormos que diante da correção de um químico, o nosso terráqueo possa alegar que estava pensando em substância aquosa, pois, afinal, esse pensamento compartilha do mesmo conteúdo da sua percepção.

Mas suponhamos, como afirma Burge, que o sujeito se submeta, como é comum, à correção por deferência à expertise do químico. Ainda assim, as duas situações imaginadas, coxartrite e substância aquosa, continuam diferindo em um aspecto essencial. Enquanto o paciente de Burge não teria absolutamente nada em sua defesa que de algum modo justificasse o seu erro crasso, o nosso terráqueo, mesmo se submetendo à correção por deferência, poderia alegar o seguinte em sua defesa:

Sorry!

Enganei-me ao supor que esse copo continha água, quando pelo que você (químico) diz, o que ele contém é *guágua* (XYZ).

No entanto, meu erro é plenamente justificável e compreensível, pois, afinal, ao empregar a palavra “água” eu *estava pensando efetivamente nas propriedades superficiais da água, ou seja, eu estava a pensar em substância aquosa.*

Ao justificar seu erro nos termos acima propostos, o nosso terráqueo se apóia claramente em um conceito exíguo de água. Assim, o fenômeno da compreensão parcial dos conceitos e conteúdos não exclui categoricamente a possibilidade de conceitos e conteúdos exíguos nos termos propostos por esse trabalho. O máximo que podemos inferir da submissão à correção por deferência à expertise de um perito é que conceitos e conteúdos amplos têm clara precedência sobre conceitos e conteúdos exíguo. Como afirma Perry, o conteúdo amplo expresso por (12) é o “conteúdo oficial” do pensamento ou proferimento (11), razão pela qual o nosso terráqueo se submete à correção. Mas não atribuímos conteúdos tendo em vista apenas o aspecto temático [*subject-matter*] de pensamentos e proferimentos. Também o fazemos considerando os propósitos da comunicação. Assim, podemos reconhecer a existência de um *plano* de conteúdos exíguos com a função de tornar compreensível proferimentos e pensamentos.

Segundo Burge, até mesmo o emprego dos conceitos de cores estaria sujeito a correções por deferência. Podemos facilmente imaginar situações em que dizemos que uma determinada flor é vermelha e, no entanto, outros, melhor familiarizados com padrões de cores, nos corrijam dizendo que essa cor não propriamente o que denominamos “vermelho”. Nesses casos, como nos casos anteriores, o fenômeno da compreensão parcial dos conceitos envolvidos deveria

excluir mais uma vez a duplicidade de conceitos e conteúdos. Não existem dois conceitos de vermelho, mas apenas um. O falante que se sujeita à correção por deferência à expertise de terceiros possui apenas uma compreensão mais limitada do mesmo conceito de vermelho.

Curiosamente, não é isso que Burge afirma. Nas suas palavras:

É óbvio que em um nível, as capacidades psicológicas da pessoa cega e da pessoa com a visão normal diferem quanto à representação do vermelho da flor. **Eles possuem diferentes conceitos de vermelho** na medida em que aqueles conceitos estão associados a capacidade recongnicionais por meio da percepção. Mas permanece havendo um sentido segundo o qual duas pessoas podem compartilhar o pensamento que a flor é vermelha. Nesse caso trata-se de um conceito de vermelho que não depende de modo algum do caráter fenomenal visual, compartilhado por diferentes indivíduos. As capacidades psicológicas relevantes estão associadas a um complexo de informações de pano de fundo acerca de coisas vermelhas. (...). Mas a pessoa cega carece das capacidades perceptivas da pessoa com visão. Assim, permanece havendo um conteúdo intencional, ou melhor, uma série de conteúdos intencionais que eles não compartilham (Hahn e Ramberg, 2003, pp. 413-414, grifo meu).

Essa concessão de Burge é tudo de que preciso para restabelecer a distinção fundamental entre conceitos ou conteúdos exíguos e amplos. Imaginemos uma pessoa que além de cega, também teria nascido portadora de graves deficiências gustativas, auditivas e táteis. Por meio da percepção, ela jamais seria capaz de representar substância aquosa de forma não-conceitual e de forma conceitual tal como no conteúdo (13). Entretanto, com muito esforço, ela seria capaz de se comunicar e aprender e, assim, tenha adquirido todas as informações de pano de fundo sobre a estrutura química da água.

Ora, seguindo Burge, não há outra alternativa aqui senão reconhecermos que há dois conceitos ou conteúdos de água em jogo: um conceito perceptivo e outro sem relação alguma com a percepção. O conceito perceptivo é claramente exíguo, uma vez que sobrevém justamente àquelas propriedades físicas do corpo que os deficientes não possuem e é insensível à mudança da terra para a terra gêmea. Em contrapartida, o conceito não-perceptivo de água que até mesmo um deficiente poderia adquirir é inequivocamente amplo uma vez que designa rigidamente H<sub>2</sub>O.

RESUMO

*Esse artigo objetiva desenvolver e defender uma nova abordagem para a noção de conteúdo exíguo no âmbito da vertente não-individualista na filosofia da mente e da teoria da informação na semântica. Seu objetivo consiste em mostrar que o conteúdo de certos estados mentais é determinado em parte pelas relações que o indivíduo entretém com as entidades do seu ambiente, mas em parte também pela instanciação de propriedades físicas do seu cérebro de modo a preservar a superveniência local. O propósito é endossar uma mudança de perspectiva sobre o conteúdo exíguo, visto tradicionalmente ou como uma representação determinada inteiramente pelo que passa à cabeça do agente ou como uma mera contribuição interna ao conteúdo amplo. De acordo com a abordagem aqui proposta, o conteúdo exíguo de ocorrências mentais deve ser entendido como uma proposição russelliana no qual figura uma propriedade de ordem superior, implementada metafisicamente por diferentes propriedades de nível inferior. Um conceito exíguo se refere diretamente a tal propriedade se e somente se for instanciado em um ato de pensamento pela instanciação de tal propriedade e por causa da instanciação de tal propriedade em todos os indivíduos indiscerníveis relativamente a alguma propriedade relevante dos seus cérebros.*

**Palavras-chave:** conteúdo exíguo; anti-individualismo; externalismo.

ABSTRACT

*This paper aims at developing and defending a new account of narrow content along the lines of the anti-individualistic strand in philosophy of mind and the information tradition in semantics. The purpose is to endorse a shift of perspective on narrow content, traditionally viewed either as a representation wholly determined by what goes inside the head or as the mere internal contribution to wide content. Its burden is to show that the content of some mental states are determined in part by the relations the individual bear to entities of his environment, but also in part by the instantiation of some property of his brain in a way that ensures local supervenience. On the account offered here, narrow content of mental states and events must be construed as the Russellian proposition consisting of a higher-order property, metaphysically realized by different lower-order properties. A narrow concept refers directly to such higher-order property if and only if it is instantiated in some act of thought by the instantiation of such higher-order property and because of the instantiation of such property in all individuals indistinguishable in respect to some relevant neurological property of their brains.*

**Key-words:** narrow content; anti-individualism; externalism

## *Referências Bibliográficas*

- Burge, T. 1979. "Individualism and the Mental". *Midwest Studies in Philosophy*, 4: 73-121.
- Burge, T. 2003. "Reflections and Replies". Em *Essays on the Philosophy of Tyler Burge*, M. Hahn e B. Ramberg (ed), MIT Press.
- Burge, T. 2007. *Foundations of Mind*. New York: Oxford University Press.
- Burge, T. 2009. "Perceptual Objectivity". *Philosophical Review*, vol. 118, No. 3: 285-324.
- Chalmers, D., 2002. "The Components of Content". Disponível on-line em: <http://consc.net/papers/content.html>.
- Davidson, D. 2001. *Subjective, Intersubjective, Objective*. New York: Oxford University Press.
- Donnellan, K. 1966. "Reference and definite Description". *The Philosophical Review* 77: 281-304.
- Drestke, F. 1995. *Naturalizing the Mind*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Dretske, F. 1988. *Explaining Behavior*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Dretske, F. "Visual content, Wide or narrow". <http://carnap.umd.edu/EC2006/Abstracts-or-papers/Dretske/Dretske>.
- Evans, G. 1982. *The Varieties of reference*. New York: Oxford University Press.
- Fodor, J. 1987 *Psychosemantics*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Fodor, J. 1990. "A Modal Argument for Narrow content". *Journal of Philosophy* 88: 5-26.
- Fodor, 1994. *The Elm and The Expert*. MA: The MIT Press.
- Perry, J. 1997. "Broadening the mind". *Philosophical and Phenomenological Research*, 1-8.
- Perry, J. 2001. *Reference and Reflexivity*. Stanford: CSLI Publications,
- Johnston, M. 1989. "Dispositional theories of value". *Proceedings of Aristotelian Society*, 63, 139-74.
- Kaplan, D. "Demonstratives", in J. Almog, J. Perry and H. Wettstein (eds.), *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press: 481-563.
- Kim, J. 1982. "Psychophysical supervenience". *Philosophical Studies*, 41, 51-70.
- Kriegel, U. 2008. "Real Narrow Content". *Mind & Language*. Vol.23 3304-328.
- Kripke, S. 1972. *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Pettit, P. 1991. "Realism and response-dependence". *Mind*, 100, 597-626.
- Putnam, H. 1975: "The Meaning of 'Meaning'". *Mind, Language, and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Putnam, H. 1989. *Representation and Reality*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Reichenbach, H. 1947. *Elements of Symbolic Logic*, New York: The Free Press.
- Recanati, F. 1993. *Direct Reference: From Language to Thought*, Oxford: Blackwells.
- Stalnaker, R. 1990: "Narrow content". Em C.A. Anderson and J. Owens (eds), *Propositional Attitudes*. Stanford CA: CSLI.
- Wright, C. 1988: "Moral values, projection and secondary qualities". *Proceedings of Aristotelian Society*, 62, 1-26.

Recebido em 01/2009

Aprovado em 10/2009